

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**TEMPO, IDENTIDADE E CULTURA: A CONSTRUÇÃO DO
TERRITÓRIO, NA PARÓQUIA DE SANTA CRUZ – MOGI
MIRIM/SP**

GUILHERME CARUSO RODRIGUES

Orientador: Bernadete Ap. C. Castro de Oliveira

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação Geografia
Área de *Organização do Espaço*
para obtenção do título de Mestre em Geografia

Rio Claro (SP)

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Bernadete Ap.C.Castro de Oliveira

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Guilherme Caruso Rodrigues
Aluno

Rio Claro, 24 de novembro de 2009

Resultado: APROVADO

**A meus pais Gilmar e Bernardete, pelo exemplo que são,
Dedico este trabalho.**

Agradecimentos

A conclusão de mais esta etapa da minha vida não seria possível sem estas pessoas, que sem dúvida, marcam e sempre marcarão. Agradeço:

A meus pais, primeiramente, Gilmar e Bernardete, por sempre por estarem sempre do meu lado ao longo dessa minha trajetória;

A minhas irmãs, Fernanda e Daniela, e minha avó Maria por me suportarem nas horas de estresse;

A Maria Helena, companheira, parceira e amiga nesta travessia, árdua, mas gratificante do mestrado;

A todo o povo da Santa Cruz, todos os sitiantes, que me receberam com carinho e me permitiram vivenciar um pouco de sua sabedoria. Em especial agradeço, Taciana Boveloni, Rafael Leonello, João Leonello, José Guerra, Geraldo Rossetto, Lilo Bernardi, Gerson Rossi;

Ao Aécio pelas intermináveis discussões teóricas realizadas na sua casa, sempre com muito cafezinho;

A amiga Judite, que me mostrou os caminhos *da roça*;

A grandes pessoas da Biblioteca da Unesp de Rio Claro, sempre *quebrando o nosso galho*, Meire, Mônica, João, Nilza, Rejane, Gislaine, Celinha, Vera, Moema;

Aos amigos de Graduação e Pós-graduação, que sem dúvida, foram essenciais na minha formação, Leandro, Rafael, Aline, Luiz, Renata, Berg, Vilma, Marcela, Fernanda, Flamarion, entre outros, quantas angústias, mas também quantas risadas;

À Secretaria Estadual de Educação de São Paulo pelo auxílio financeiro;

A todos os colegas professores da EE “MONSENHOR NORA”, Mogi Mirim/SP

Aos professores Doutores Paulo Roberto Teixeira Godoy e Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, pelas importantes observações feitas na qualificação e defesa;

E, é claro, como não deixar de mencionar, a Profa. Dra. Bernadete AP. C. Castro Oliveira, orientadora deste trabalho, que nos acolheu desde a graduação, e soube mostrar com seriedade e carinho os caminhos a serem trilhados ao longo deste trabalho. Obrigado, professora!

Resumo

O presente trabalho procura abordar o espaço geográfico como forma de compreensão da sociedade contemporânea, como produto e condição da mesma. Sua configuração surge como resultado do constante movimento social através da História, passando assim, por um processo de produção e reprodução. Analisamos neste estudo as relações sociais entre famílias de origem italiana, na Paróquia da Santa Cruz, no município de Mogi Mirim/SP. Essas famílias produzem e reproduzem seu espaço, marcado por relações de parentesco, de trabalho e entrosamento com o bairro e a cidade. Características como o vínculo entre os membros da comunidade, sustentado por sua origem, pela fé católica, pelo laço familiar e por uma cultura construída ao longo do tempo em torno da terra; são estruturas que implicam na produção e reprodução deste espaço específico. A idéia de bairro rural neste contexto torna-se de grande valia para a compreensão desta formação territorial. Portanto, entendemos que tais características definem territorialidades que são reconstruídas através de grupos geracionais e marcada pelo uso do poder da identidade com o lugar. Os vínculos estabelecidos por essas famílias, através de práticas e valores, que permitem uma forma específica de inserção na economia local e regional, modernizada e em ritmo acelerado de crescimento.

Palavras-chave: território, territorialidade, bairro rural, identidade, religiosidade

Abstract

The present work tries to approach the geographical space as a way to understand the contemporary society, as product and condition of itself. Its configuration emerges as a result of the constant social movement through the History passing, this way, through a process of production and reproduction. In this study it is being analyzed the social relations among Italian origin families in Santa Cruz parish, in Mogi Mirim/SP. These families produce and reproduce their space which is marked by relations of relationships, of work and of getting along well with the district and the city. Some characteristics as the link among the members of the community, supported by its origin, by its Catholic faith, by the family ties and by a cultural that was build along the time around the land, are structures that imply the production and reproduction of this specific space. The idea of the rural district in this context is very valuable to understand this territorial formation. Therefore, we understand that these characteristics drawn a territory that is appropriated by the identity, which is reconstructed through generated groups and marked by the use of the identity power with the place. The established links by these families through practices and values allow a specific form of input in the regional and local economy that is modern and has an accelerated growth rate.

Key Words: territory, territoriality, rural district, identity, religiosity

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	08
Capítulo 01. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO	16
Capítulo 02. DESENHANDO O TERRITÓRIO: PARENTESCO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	45
2.1. Pensando a territorialidade na Paróquia de Santa Cruz.....	51
Capítulo 03. BAIROS RURAIS NA INTERFACE COM A MODERNIZAÇÃO.	77
3.1. Laranja, principal cultura no contexto camponês.....	90
3.2. Cultivos temporários, produção para o abastecimento.....	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
6. ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

Deparamo-nos com uma realidade de mundo atual extremamente marcada pelas implicações trazidas pelo processo de globalização, que a que nos parece, vem chegando sempre em seu ápice. Ápice este que sempre é recriado e reiniciado, a ordem é sempre a ideia de um novo que sempre é novo e que sempre se torna ultrapassado para dar lugar ao mais novo ainda. Esta é racionalidade atual que dialeticamente interage com o capitalismo moderno que busca a agregar o mundo de acordo com seus ditames. Surge o chamado meio técnico-científico e informacional, o espaço altamente artificializado que se “adequa” a esta ordem global.

Entretanto, curiosamente nos deparamos com um local dentro do município de Mogi Mirim/SP que nos aparentava estar em uma condição totalmente diversa a lógica proposta pela globalização. Trata-se de quase que toda a zona oeste do referido município, área que se encontra sob a jurisdição eclesiástica da Paróquia de Santa Cruz, foi esta área que nos propusemos a estudar. Mas por que estudar uma Paróquia num município do interior de São Paulo? Num primeiro momento partimos da premissa da existência de grupos sociais que, no imediato, “usam” o território, estando distantes daquela ordem global que mencionamos logo no início do texto. Isso pareceu bastante válido para os membros da unidade territorial que nos propusemos a estudar, a Paróquia de Santa Cruz, porque vimos nesta área uma comunidade com fortes características como: catolicismo forte, o jeito “italianado” de falar misturado ao caipira, o apego exacerbado ao pároco, quase tido como um santo, e um jeito de ser, enquanto comunidade, que parece negar a existência do urbano.

Estas prévias ideias ganharam outro sentido quando lemos o trabalho do Professor Rogério Haesbaert, *O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO*, pois neste nos foi melhor apresentado a existência de relações sociais que vão construindo territorialidades, mas que estas mesmas relações produzem territorialidades múltiplas e complexas, que tanto podem fugir do mundo atual, ou então se adaptar a ele, numa constante sincronia e diacronia, que oram se

negam, ora se superam. Assim temos um contínuo processo de produção do território.

As maneiras de se usar e se apropriar do espaço no caso do objeto de estudo – a Paróquia Santa Cruz em Mogi Mirim/SP – são permeadas por um forte vínculo como ele, mantido pelo simbólico. Este por sua vez sustentado pelas tradições de embasamento religioso. Do mesmo jeito que há, também, uma forte relação de identidade entre as famílias que ocupam o local, identidade de sangue, já que ocorrem muitas vezes casamentos entre estes, e a identidade que a Igreja construiu ao longo dos anos. É significativa a relação existente de compadrio, mas não de maneira servil entre o agregado da grande fazenda e o senhor. No caso estudado, trata-se de compadrio entre iguais, o que ajuda a manter a forte relação e vínculo que estas famílias cultivam.

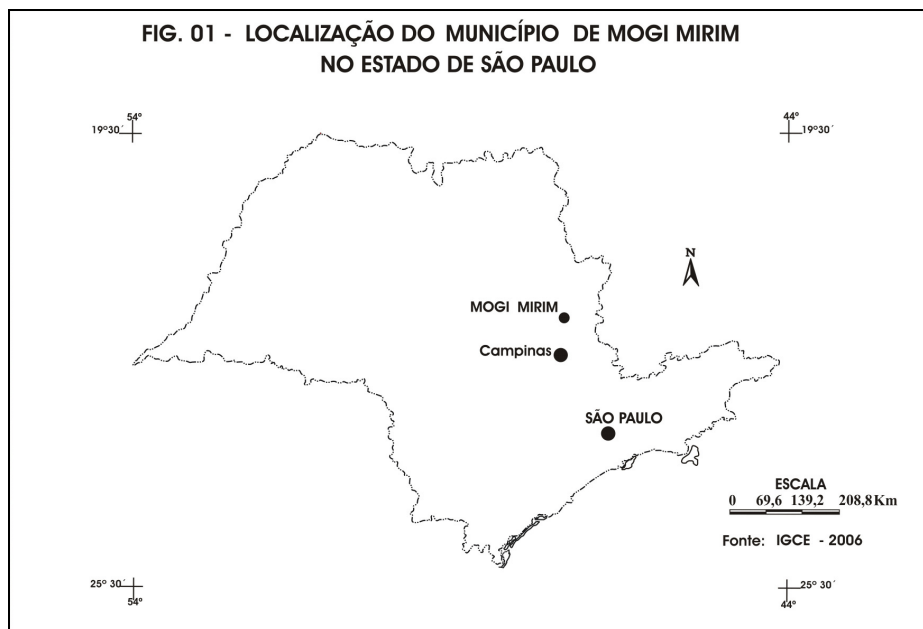
Não há uma territorialidade delimitada pela Igreja de simples jurisdição paroquial, mas uma territorialidade construída ao longo do tempo pela identidade, vínculo entre as pessoas e o espaço, portanto. A manifestação destas se dá também pelas próprias relações cotidianas que estas pessoas praticam entre si, além de eventos realizados ao longo do ano – as festas de santos.

A Paróquia Santa Cruz se localiza no município de Mogi Mirim/SP, este a mais ou menos 160 Km da capital São Paulo e 50 Km de Campinas. Trata-se de uma paróquia essencialmente rural; na zona urbana só há a matriz e uma pequena capela, as outras capelas pertencem à zona rural (24 ao todo). Considerando, a princípio, as pessoas que ali vivem, a grande maioria é descendente de italianos. Muitas destas famílias vieram com a substituição de mão-de-obra escrava nas lavouras de café, no fim do século XIX e início do século XX. Algo muito comum no interior do Estado de São Paulo, já que era o maior produtor de café no Brasil. Entretanto, como se sabe a produção e exportação de café abandonam o cenário econômico nacional, sendo substituídas pela indústria e outras culturas agrícolas. É o momento da decadência, logicamente, dos grandes latifundiários produtores de café, não sendo diferente em Mogi Mirim. Suas terras são vendidas a outros proprietários e muitas vezes fracionadas em pequenas e médias propriedades. A área rural, englobada por esta paróquia, possui as seguintes características:

- ✓ Ocupada a partir do fim do café após a crise de 1929;
- ✓ Pequenas e médias propriedades rurais;
- ✓ Propriedades com cultivos diversificados;
- ✓ Muitas destas propriedades pertencendo a descendentes de italianos;
- ✓ Forte apego ao catolicismo e grande vínculo com a Paróquia de Santa Cruz;

Estas famílias se encontram distribuídas nos seguintes bairros rurais: Piteiras, Bocaína, Borges, Francos, Paiol de Telhas, Gabrielzinho, Pirapitingui, Pederneiras, Vatinga, Tanquinho, São João da Glória, Sapezal, Boa Vista, Capão Grosso etc. Deve-se abordar que a Paróquia de Santa Cruz foi constituída em 1959, comemorando o Jubileu de Ouro em 2009 e, ao longo de quase 50 anos possuiu o mesmo pároco, Monsenhor Clodoaldo Nazareno de Paiva, ou Padre Paiva (como é chamado carinhosamente pelos paroquianos). Uma figura importante que se apresenta como referência local; uma unanimidade por todos os seus paroquianos, dando sustentação a boa parte das tradições que se mantêm entre as famílias.

Localização do município de Mogi Mirim/SP



Uma das propostas do trabalho são as relações sociais e econômicas que existem paróquia de Santa Cruz no município de Mogi Mirim/SP, e como os laços de parentesco estão expressos na formação espacial local. O espaço geográfico, na área de abrangência desta jurisdição eclesiástica, tem todo um significado, também construído pelos laços de religiosidade. Logicamente, não se trata de se realizar uma análise, pura e simples, do funcionamento da Paróquia enquanto unidade da Igreja Católica. Através da observação do local, o que se pode perceber foi toda uma construção cultural em torno de um lugar, de uma área no espaço geográfico. Como já falamos anteriormente, a paróquia de Santa Cruz tem sua base essencialmente na zona rural, e com as características mencionadas acima.

Quando iniciamos nossos trabalhos de campo, e percebemos a existência de pequenas e médias propriedades rurais, e, assim, a inexistência do latifúndio em Mogi Mirim, previamente concluímos que não se tratava daquela agricultura tida como moderna e competitiva característica do agronegócio. O que vimos nas visitas de campo foi a existência de uma prática agrícola ainda praticada pela família, e, com até mesmo, certa divisão sexual do trabalho. A manutenção da vida social e econômica se dava por meio destes braços familiares. Por isso optamos por começar nosso estudo no primeiro capítulo revisitando o conceito de camponês, campesinato etc. Buscando obras clássicas como Marx, Chayanov, Oliveira, Moura, Shanin, entre outros buscando a compreensão da “economia política” do campesinato. Foi isso que encontramos na área, o fruto da terra como forma de sobrevivência, obtido por meio do trabalho familiar, a extração da renda da terra pré-capitalista. Mas para entender tal funcionamento econômico nos foi necessário inúmeros dias de trabalho de campo, com incursões na área de estudo. Coleta de depoimentos durante estas visitas de campo, que se iniciavam como uma entrevista formal, mas que ao final tornava-se um acolhedor bate-papo com os sitiantes, que sem dúvida revelaram mais que as formalidades das entrevistas. Procuramos assim, mergulhar neste universo *rural, caipira*, ou como ouvimos muitas vezes: *pé vermeio*. E esse jeito *da roça*, nos levou a ver o sitiante que nos propusemos a conhecer melhor como um ator não só econômico, mas, dotado de inúmeros valores sociais e culturais, em que o trabalho não era apenas uma forma de sustento simplesmente, mas

um valor, uma capacidade que Deus deu a estes, assim como a terra. Por isso olhar o aspecto cultural do camponês foi essencial, daí a busca por outros caminhos de olhá-lo, em que destacamos os autores Klass e Elen Woortemann.

Nesta perspectiva, percebemos a necessidade de mergulhar ainda mais na realidade destes camponeses, e, pois verificamos que os fatores culturais como parentesco, compadrio e religião se interagem diretamente com o espaço geográfico. O que conseguimos observar famílias foi uma forte relação de identidade com o lugar, bem como com toda a área de jurisdição da paróquia. O vínculo formado aí se territorializa no espaço geográfico torna-se um território. Logo, uma das proposições desta pesquisa é a análise da territorialidade que ali existe fundamentada essencialmente na construção de uma comunidade. É de grande valia ressaltar o caráter histórico que esta produção territorial se faz, pela inerente questão temporal que se tem a produção do espaço geográfico local, mas também pela memória que esta comunidade guarda e a põe em prática na manutenção de suas tradições. Tradições preservadas pelas festas que ainda se tem na zona rural, em louvor ao padroeiro dos bairros. e de certa forma condicionava também as relações de produção. Estas festas são de grande significância, pois servem como ponto de encontro da comunidade que ali se insere, encontrando-se na capela do bairro rural que pertencem. Notamos que todas estas relações sociais condicionavam também as relações de produção. Era um todo que se formava ali, mas com suas peculiaridades. Tratava-se de uma configuração territorial, e tomamos a ideia de bairro rural como uma unidade territorial, onde a vida do camponês se desenrola. Este foi o alvo do segundo capítulo, procurando discutir a ideia de território e territorialidade, um tema ainda muito caro à Geografia. As especificidades acima descritas vão ao encontro com as ideias de bairro rural.

O território que no pensamento de Raffestin nos revela que o território se dá na interação de três vertentes: o espaço, o tempo e as relações sociais. As relações sociais dando o compasso do tempo, e, agindo no espaço, configurando o território. Discutimos então com outros autores estas noções, de modo, a termos um arcabouço teórico para, logo tomar o bairro rural como unidade territorial, e, vê-lo como território, produzido por estas relações sociais.

Contudo, tais relações sócio-territoriais não se encontram isoladas, haja vista que há uma temporalidade, incidindo sobre elas. Por isso, julgamos necessário no terceiro capítulo, analisar a modernização econômica com os bairros rurais e o modo de vida do camponês. Mogi Mirim se encontra em uma área de expansão industrial, sentiu e sente os efeitos da modernização brasileira, o rural assim se vê forçado a incorporar esta nova situação. Contudo, uma incorporação sem perder a identidade, por isso acredita que há um processo de recriação camponesa que nos fala Ariovaldo Umbelino de Oliveira em diversas de suas obras. Percebemos a existência de múltiplas temporalidades, que resultam em múltiplas territorialidades, portanto. Questionamo-nos sempre: que tempo se vivencia ali? O tempo da festa, ou da produção capitalista? A Igreja Católica pode demarcar alguma temporalidade?

Para procurar responder estas indagações ressaltamos idas de campo participando de missas, festas de padroeiro, procissões, rezas. Muitas conversas nos fins de tarde com famílias inteiras (avó, pai, mãe, filhos, sobrinhos), almoços, *jantas*, acompanhando algumas horas de trabalho; interações que nos deram a dimensão do cotidiano do sítio, e de procurar enxergar a sua temporalidade própria. E que, ao mesmo tempo nos revelaram as inquietudes dos sitiantes em relação a sua sobrevivência econômica. O capitalismo moderno captura a agricultura.

Lendo uma dissertação de ZIBORDI, A. F.G. (1982) *As transformações agrárias ocorridas nos municípios de Mogi Mirim e Mogi Guaçu*, verificamos que a área em questão, como toda a zona rural do município, era uma grande produtora de café. Seguindo a lógica econômica que predominou no Brasil no século XIX e início do século XX, tendo a produção e exportação deste até a Queda da Bolsa de Nova York, em 1929. Como o abandono desta cultura no Brasil, que foi acompanhada da própria modernização da economia, a área de estudo dá lugar, até aproximadamente a década de 1950 e 1960, à pastagens. Permanecendo assim, conforme o estudo do autor, tendo uma refuncionalização econômica com, como já se falou, o processo de modernização e industrialização do Brasil. A abertura econômica do país ao mercado externo, simbolizado, sobretudo pela chegada das multinacionais. A industrialização provoca o processo de urbanização brasileira, transformando os hábitos de consumo da população. Surgem grandes centros urbanos,

destacando a capital paulista e no caso da região que se propõe o estudo Campinas. A própria cidade de Mogi Mirim tem um acelerado também. O campo acaba cedendo aos desígnios da indústria, bem como da cidade, obrigando-o a produzir conforme a demanda destas.

Com a industrialização a região recebe importantes indústrias multinacionais, dentre elas destaca-se a International Paper do Brasil e a Corns Products Brasil, ambas situadas no município vizinho – Moji Guaçu – cuja área urbana é conurbada com a área urbana de Mogi Mirim. A segunda indústria apresenta uma grande relevância na agricultura do município de Mogi Mirim, estimulando seus produtores a cultivar o milho, de modo a abastecê-la com matéria-prima. Tendo o município uma significativa produção desta cultura, como *lavoura temporária*, é o terceiro mais produzido, e o segundo em rendimento, em Mogi Mirim nos cultivos desta natureza. Outro tipo de cultura que segue o ritmo da indústria é a laranja, considerada *lavoura permanente* pelo IBGE, é o principal produto agrícola do município. O motivo de deste tipo de cultura se justifica pela presença na região de empresas ligadas a produção industrial de suco de laranja, sendo que boa parte desta é destinada a exportação, como o caso da CITROSUCO em Limeira/SP e da CUTRALE em Conchal/SP, KIKI em Engenheiro Coelho/SP – ambos municípios circunvizinhos de Mogi Mirim. A zona rural mogimiriana se coloca como uma importante fonte de matéria-prima para estas indústrias.

Não se esquecendo da produção de hortaliças, legumes e outros tipos de frutas, porém em menor quantidade, cuja produção atende, de forma pouco significativa feiras livres locais, mas tendo como principal destino centros de abastecimento como o CEAGESP, na capital e o CEASA, em Campinas e, sobretudo. A produção de flores também ocorre, demonstrando a influência do município de Holambra/SP, vizinho a Mogi Mirim.

Nossas vivências no campo, além de novas leituras que fomos fazendo ao longo de nosso mestrado, forçaram-nos a refletir mais sobre esta realidade da zona rural e a modernidade. E como que tal realidade se mostra contraditória. Chama a atenção de como que o capital moderno, se aproveita dos valores de trabalho do camponês para gerar mais capital. O que, em termos vai justificar a presença da laranja, do milho e, indo contra a lógica do campo brasileiro, os diminutos cultivos de cana-de-açúcar. Entretanto, o modo

de vida do sitiante, as características tradicionais dos bairros rurais continuam lá, parecem ser “fora” do tempo, mas existem dentro deste “tempo rápido, global” que se impõe como regra. Tentamos voltar nossos olhos para as chamadas *ausências*, (aquilo que pode estar escapando da realidade, nas pesquisas acadêmicas) que Boaventura de Sousa Santos (2007) nos diz. Porém que aí estão, compassando seu próprio tempo, produzindo seu próprio território.

CAPÍTULO 01 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO

Optamos por começar a discutir nosso entendimento sobre a questão camponesa, refletindo sobre o que diz Marx, Uma sociedade não para de produzir nem de consumir(p.659) . Assunto que nos instigou mergulhar na zona rural de nossa pesquisa, haja vista a descoberta, agora de maneira mais profunda, das formas de vida encontradas lá. Certamente, não vendo aquele campesinato característico da Rússia Czarista, nem tão pouco do período feudal, mas sim um campesinato que procura sobreviver às forças do capital, ainda que nos moldes brasileiros.

Podemos interpretar o que Marx afirma, na citação acima, que a produção e o consumo que a sociedade não cessa de realizar é como uma necessidade. O movimento social se mantém a partir da necessidade que é cumprida com a produção e o consumo. O camponês faz parte do sistema capitalista, mesmo sendo considerado a “estranha classe”, trabalhada por Teodor Shanin.

A esta discussão tão polêmica, com opiniões tão divergentes, tomamos como ponto de partida para o seu entendimento as idéias de Marx. Este pensador entende que a economia camponesa segue o modelo clássico de reprodução simples de mercadorias (M – D – M) , para a simples satisfação de suas necessidades. Ou seja, as mercadorias são produzidas e transformadas em dinheiro para a troca de outras mercadorias necessárias à manutenção da sobrevivência. Longe, estaria, portanto o camponês de ter a preocupação com a geração de lucro, bem como a produção de capital. Sendo assim o camponês entra no mercado como um possuidor de mercadorias, produzidas através de sua própria força de trabalho, de modo a serem vendidas. O camponês possui, portanto, o controle de sua produção, detendo os meios pelos quais realiza o seu trabalho. Para o camponês há a assimilação das mercadorias – fruto de seu trabalho - enquanto valor de uso, necessariamente convertida em dinheiro para a realização da troca. Marx nos fornece uma boa questão para discutirmos o nosso objeto em si, em suas palavras:

No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. (...) como acréscimo periódico ao valor de capital, ou fruto periódico do capital em movimento, a mais valia toma a forma de um entendimento que tem sua origem no capital.

Se o capitalista só utiliza esse rendimento para consumo, gastando-o no mesmo período em que o ganha, ocorrerá então, não se alterando as demais circunstâncias, *reprodução simples*. (MARX, P.660, 1985b – grifo nosso)

Sendo o camponês inserido dentro de um contexto capitalista, onde há a necessidade de obtenção do lucro, como pode ocorrer a reprodução simples? Ou seja, a preocupação maior com o valor de uso? Trata-se, assim, de uma relação contraditória, entre o campesinato e o capital; evidenciam-se conflitos. O trabalho familiar é algo vital para a própria existência da propriedade rural. O fato de não utilizar, ou ainda que se utilize muito pouco, dá à produção de mercadorias como valor de uso. Toda a mercadoria é fruto do trabalho que é empregado nela, porém a exploração da força de trabalho alheio cria a mais-valia, e, portanto, o lucro. O dinheiro só se torna capital ao se explorar o trabalho do trabalhador, para a própria reprodução de capital, coisa que quase sempre não se faz presente na lógica camponesa, ou então o próprio camponês não tem acesso a ele. Assim, o homem do campo, que utiliza a sua própria força de trabalho, bem como de sua família para manter a sua sobrevivência e não tendo meios para gerar o capital.

Às vezes a gente passa algum nervoso, que agora eu passei atrás Que eles acho que perdeu uns 50%, que dizer o lucro deles já foi. Às vez dependendo do ano a margem da gente é muito pouco, é de 20%, no outro ano é de 50%, é às vez é 15%... e assim vai¹. (M.B. Fev.2008)

Podemos notar a grande dificuldade para a própria sobrevivência da família, quando se trata de uma relação com a terra distinta do modo de produção capitalista. Embora haja uma relação dialética com o capital, é necessário produzi-lo, mas não de forma a acumulá-lo. Isto fica bem claro

¹ no bairro da Piteiras, onde neste dia houve uma forte chuva e destruiu muitos pés de mandioca.

quando questionamos os nossos entrevistados com relação ao destino da renda da terra, quase sempre retornando para a própria agricultura, de modo a manter o ciclo da sobrevivência. O mesmo sitiante ao ser questionado para onde vai a renda da terra respondeu:

De volta para a agricultura, come dessa renda. Mantém a família, e você tem sempre que tá renovando o maquinário. E aí despesa, farmácia, supermercado. É como você tivesse dependendo do seu salário e nois da agricultura. Você tem que investir, ter um carrinho, nois é assim tudo que ganha nois veve disso aí e volta para a agricultura, e vai tocando o barco. (ibden)

Ao afirmar que *come dessa renda*, fica bastante claro a ausência da preocupação com a produção de capital, delimitando, portanto, que o trabalho na terra é voltado para a sobrevivência. Contudo é importante ressaltar que, quando fala que é necessário investir, isso só é realizado para continuar sua prática camponesa. Neste momento, consideramos necessária a discussão sobre a ideia de renda da terra. Dentre as interpretações que se tem sobre a terra, gostaríamos de ter como ressalva a máxima de que a terra não é uma mercadoria. Dentro do contexto marxista, só é mercadoria aquilo que é produzido por meio de trabalho, a terra já um elemento dado pela natureza. Dessa forma, é um erro pensar que a terra gera lucro, por ser um bem natural e finito, na realidade se tem a renda da terra, a chamada *renda capitalizada da terra*, isso é que se pode extrair dela. Portanto, quando se trabalha na terra significa que se produz o fruto dela, que é produto do trabalho humano. Uma possibilidade de gerar renda é com a produção do fruto da terra. Este é um passo para a compreensão da renda da terra, porque ela não sendo uma mercadoria, dentro dum contexto capitalista, ela gera a renda, mas que contraditoriamente, trata-se de: O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio” nas palavras de OLIVEIRA,A.U. (2007,p.43). Conforme este mesmo autor, a renda da terra significa o trabalho excedente que o trabalhador dá ao capitalista, por isso tem o caráter de lucro extraordinário, atentemos, novamente para o fato da terra já estar, e não ser produzido. OLIVEIRA,A.U. (2007) chama a atenção para os desdobramentos da ideia da renda fundiária, considerando como renda capitalista, a diferencial

– dentro de um caráter concorrência – e a absoluta quando é monopólio de uma classe, que assim cobra tributo da sociedade para produzir.

Contudo, ao nos depararmos com a nossa realidade de estudo, e nossas idas e vindas nos trabalhos de campo, pudemos notar, *in loco*, a contradição que o capitalismo cria para se reproduzir, em nossa área de pesquisa o que se encontrou foi ainda a existência da renda da terra pré-capitalista. Novamente com OLIVEIRA, A.U. (2007) vemos três manifestações desse tipo de renda não-capitalista:

- ✓ Renda da terra em trabalho: parte do trabalho é fornecido a outrem, ou seja, trabalha-se um tempo nas terras alheias;
- ✓ Renda da terra em produto: parte da produção do camponês é revertida ao proprietário da terra;
- ✓ Renda da terra em dinheiro: conversão simples da produção em dinheiro, tal qual como começamos nossa discussão no início do capítulo;

Neste último caso para que seja garantida a manutenção da vida camponesa, bem como seus meios de subsistência. Isto sendo justificado com os depoimentos dos sitiantes acima, tratando-se de uma realidade não capitalista, mas que seu fruto é capturado pelo capital. Martins, J.S.(1980, P. 58-59), observa a diferença entre a propriedade capitalista, em que há a exploração da mão-de-obra assalariada, e, ressalta que neste caso o trabalhador já não tem o controle dos meios para a sua produção. Muito ao contrário da propriedade familiar, aqui gostaríamos de intercalar a expressão exposta acima por um camponês, *a gente come desta renda*, com as palavras do último autor citado:

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro de capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus

ganhos são ganhos do seu trabalho e de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, J.S. 1980, P.59)

O *comer da renda* vai ao encontro do modo de ver a terra como algo para gerar o seu próprio sustento e manter, o que no modo de pensar do camponês, algo que tem de mais sagrado, a sua família. Podemos afirmar que a *renda*, na visão deste trabalhador, é sinônimo de *comida*, *alimento*, pois ela é fruto integralmente de seu trabalho, de sua lida diária na terra.

Atentando para a ausência da exploração da mão-de-obra assalariada dentro da realidade camponesa, merece bastante destaque, dentro deste tipo de relações de produção, os dizeres de OLIVEIRA, A.U. (1991, p.56) de *ajuda mútua* dentro da lógica camponesa; portanto não há a produção da mais-valia. Para este autor, a ajuda mútua aparece quando a família não consegue atingir a sua necessidade de trabalho, assim ocorre troca de dias de trabalho entre vizinhos. Numa das entrevistas, foi citado:

Os vizinhos são amigos, vem aqui dar uma mão... A gente vai para eles, eles vem para gente, e aí vai... É, às vez vem trabalhar três dia pra eles e eles vem trabalhar três dia pra nós. Troca dias...(T.B., fev.2008)

A chamada *troca de dias* foi uma prática bastante comum em vários sítios por onde percorremos, confirmando mesmo este ponto da mão-de-obra utilizada. Esta troca é vista por estes agricultores não como uma obrigação, mas sim como uma verdadeira troca que reforça os vínculos de amizade e parentesco. Entretanto, o que mais gostaríamos de chamar a atenção, neste fato, é a ausência da mão-de-obra assalariada. Pensando num viés marxista bastante clássico, não há aí a exploração do homem pelo homem, ou seja, não há a geração da mais-valia, prevalecendo o espírito de cooperação.

Mas, tomar meramente a ideia da reprodução simples pode nos levar ao erro considerar o camponês um ser isolado do mundo. O norte da reprodução simples existe, porém, ele somente é muito frágil para pensarmos o campesinato dentro da atualidade. É necessário algumas reflexões adicionais.

Já em 1963, Maria Isaura de Queiroz chama a atenção para a chamada *economia fechada*, ou seja, aquela em que o produtor consome somente o que está produzindo. Algo que era bem característico no Brasil da época, mas já nesse momento a autora alertava para a incompatibilidade deste modelo econômico onde há grandes possibilidades de expansão do capitalismo moderno, como era no Brasil da época, tanto que:

A economia fechada é incompatível com o desenvolvimento econômico porque limita as ambições e os esforços dos trabalhadores exclusivamente à satisfação das necessidades familiares; levada às últimas conseqüências, significa o isolamento dos sítiantes em suas propriedades, cultivando as roças, sem estímulo para desenvolver relações econômicas com os vizinhos de que resultariam as feiras; dentro desta ótica não há sentido em produzir para abastecer outras áreas e auferir proventos, pois não há lugar para o lucro. É claro que muito raramente se alcança tal extremidade, e em qualquer economia fechada se desenvolve alguma troca; conforme o desenvolvimento das trocas, pode resultar uma transformação em economia de mercado, com o aparecimento e a utilização do dinheiro. (QUEIROZ, M.I.P. 1963, p.85)

Isso nos força então a pensar o camponês, pois se a economia fechada é estranha ao desenvolvimento econômico, é preciso contextualizar o camponês diante de uma economia já inserida no capitalismo moderno e industrial, como é o caso de nossa área de estudo. Propomos, dessa forma, entender o camponês, como um ator econômico que tem sua função dentro desta economia moderna. Mas, é claro, que nem por isso ele deixará de ser camponês, uma vez que seus valores tradicionais ainda fazem parte de seu cotidiano, ocorrendo assim uma adaptação. Maria Isaura de Queiroz novamente traz contribuições para o entendimento desta questão. Conforme a autora pode ser o camponês quem cultiva a terra sem se preocupar com o lucro, a princípio, mas há uma relação de complementaridade com a economia urbana moderna. (QUEIROZ, 1969, 199).

De forma geral, o camponês é definido dentro de sua lógica econômica como:

- ✓ Trabalho familiar;
- ✓ Controle dos meios de produção;
- ✓ Economia de subsistência;

✓ Policultura;

Devemos tomar cuidado para não realizar uma generalização, algo muito bem trabalhado por SHANIN,T,(1986). Neste seu clássico artigo, o autor condena justamente a fórmula “camponês”. Para o autor é preciso pensar o camponês dentro de seu contexto histórico, não se esquecendo de algumas de suas especificidades:

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN,T.1986, 51-52)

Isto é algo muito importante para o nosso estudo, perceber que o nosso camponês é um ser interdependente com uma realidade econômica voraz e competitiva. Então, continuam sendo camponeses? Como, então, justificar isso? Como, então, afirmar que não se trata mais de um campesinato de economia fechada e de subsistência e ainda chamá-lo de campesinato? Shanin (1986) tem muito a contribuir para estas questões. É preciso ter cuidado para não cair em uma ortodoxia, ressalta a discussão acerca do chamado *modo de produção camponês*. Tal questão vai ao encontro desta contextualização do campesinato que fazemos.

O modo de produção tão bem tratado por Marx serve de referencial para Shanin, tanto que “modo de produção representa a forma geral (no sentido abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica e particular) em que são providas as necessidades materiais da sociedade, em um dado estágio de seu desenvolvimento” (1986,p.61). Sendo assim, o modo de produção tem relação fortemente com os indivíduos, e sua interdependência dentro do contexto histórico em que a sociedade se encontra. O modo de produção se estrutura nessa superação das necessidades, conforme estas necessidades são criadas pela sociedade num dado contexto histórico. É bom ressaltar que a própria forma como Marx pensou as mudanças sociais, já considerava que, teoricamente, seriam transformações que abarcariam uma seqüência de modelos sociais, ou as chamadas formações sociais (tribal,

feudal, capitalista, socialista, comunista), que estão intrínsecas aos modelos econômicos que logicamente possuem suas contradições. Daí, as inúmeras discussões a respeito do real significado do campesinato. Estas contradições podem ser percebidas ainda através de Shanin, que afirma a necessidade de se notar a existência de dois modos de produção, ou seja, subtipos de modos de produção, nos quais o campesinato se insere, para este autor:

Uma sociedade (uma formação socioeconômica?) fornece, portanto, a estrutura dentro da qual uma economia política exploradora age como um elo determinante entre modo de produção dominante (explorador) e o secundário (explorado). O modo de produção secundária representaria uma estrutura encadeada de forças e relações de produção, uma economia política necessariamente incompleta, em cujos limites se situam o conflito e as determinações societárias dominantes. As “regras do jogo” do modo de produção dominante dominariam a formação como um todo. (SHANIN, 1986, p.63-64)

A partir do texto acima, há claras evidências de que o campesinato se coloca como um modo de produção secundário que se subordina ao modo de produção determinante. Seria um erro pensar que o camponês é algo isolado dentro de uma formação social. Muitos agricultores entram no ritmo alucinante da indústria, e logo depois cultivam sua pequena horta para o seu próprio abastecimento. O campesinato deve ser visto, talvez, como um modo de produção, mas que se articula como o grande capital. O que de certa forma devemos entender é que a história camponesa se relaciona/articula com a toda história da sociedade, de uma forma mais ampla, em que está mergulhada, ou seja, uma formação social que se encontra baseada no capital terá um camponês diferente do feudal.

Gostaríamos de retomar uma discussão proposta por Oliveira, A.U. 2007, que abre margem para termos uma reflexão melhor do que vem sido exposto. O Brasil, como se sabe, adentra para o grande capitalismo globalizado, cujo processo vem desde os anos 70. Logo, transformam-se as maneiras de exploração e acumulação. Com isso, há uma redefinição das relações cidade-campo, o que leva este autor a afirmar que entender a agricultura brasileira necessita considerar que o desenvolvimento do

capitalismo no Brasil é algo contraditório e combinado. Ao mesmo tempo em que há a moderna produção do agronegócio, há também os pequenos agricultores que trabalham dentro da perspectiva do campesinato. O capital deve se apropriar muitas vezes do chamado modo de produção camponês para se realizar por completo, ou seja, a subordinação de um modo de produção dominado e secundário, por um dominante, ou que ainda permita um entrelaçamento de forma articulada e contraditória entre estes dois modos de produção.

Polanyi, K. (2000), ao descrever as formas de consumo e de trocas, e, assim, modos de produção, enfoca três sistemas de organização econômica: o primeiro já as trocas baseadas pelo sistema capitalista propriamente dito, seguindo as leis da economia clássica. Entretanto, as outras formas de organização econômica que chamam a mais atenção, são os outros dois. Um deles parte do princípio dos estudos de Malinowski, B., nas Ilhas Trobriand, em que as trocas estão baseadas na reciprocidade e redistribuição. Claro que guardadas as devidas proporções, uma vez que nas Ilhas Trobriand, a reciprocidade se pautava numa troca circular de braceletes produzidos por conchas, que deveriam percorrer todas as ilhas do arquipélago. Já a redistribuição baseava-se na troca de coisas entre os iguais, podendo obedecer a uma hierarquia social.

Em nossa pesquisa percebemos muito desta reciprocidade e redistribuição, mas, ressaltadas dentro do contexto social de nosso estudo. Muitas vezes observamos trocas de colheitas de culturas diferentes entre vizinhos e/ou parentes, como forma de manter o vínculo afetivo. Parte da produção era destinada a isso, embora sendo muito pequena esta parcela da produção, aparece com grande valor para os camponeses de nossa área de estudo. A troca é recíproca, é assentada na honra, e na lealdade, não se importando nem um pouco com a lucratividade, ou o que se deixa de ganhar com o que é dado.

Visitar muitos destes camponeses, e se tornar aceito por eles pode ser percebido por um sinal: quando uma parcela da produção é dada, e esta produção seria utilizada no comércio. Houve uma história muito peculiar vivenciada por nós. Ao visitar um sítio, fomos convidados para conhecer uma pequena produção de berinjela que seria vendida para a CEAGESP. Ao

admirar a aparência dos belos legumes, o produtor nos ofereceu para levar alguns deles. Nossa atitude, neste momento, foi de negação, justificada no fato de que estes seriam para vender. Inusitadamente, recebemos a seguinte resposta:

Manter uma amizade são como essa planta aqui tem que sê, prantada, curtivada, isso num tem dinheiro que pague. Aceita, é de coração. (D.B. fev.2009).

Ficaram claras, como estas trocas, sem a preocupação da acumulação de capital, são marcantes para tais sitiante, em que o que se ganha é para continuar a condição de sitiante. Há aí uma relação contraditória entre o que é preciso para a sobrevivência, pois as berinjelas seriam vendidas, mas também a demonstração de quanto significa o valor da amizade foi simbolizada pelo próprio fruto do trabalho.

Outro aspecto essencial para se entender o campesinato contemporâneo é o caso da herança e conseqüente fragmentação das propriedades. A fragmentação das propriedades pode significar uma ruptura na coesão das famílias, tendo sérias implicações econômicas. Para isso, recorremos a outro autor clássico da questão camponesa, A. Chayanov, que pensou o campesinato em uma perspectiva interna, ou seja, dentro das relações (econômicas) no interior das famílias.

Dessa maneira, Chayanov dá maior ênfase ao trabalho familiar. Este autor afirma que o entendimento da organização camponesa se dá ao compreender a organização do interior da família, já que é ela quem dirige e realiza a organização produtiva. Para Chayanov há outros pontos para o entendimento da chamada por organização da unidade camponesa de produção: o tamanho da propriedade, os meios de produção, a qualidade do solo. Para este autor, estas variáveis são importantes, entretanto, não tão importantes como a mão-de-obra que se utiliza no caso de uma unidade camponesa – a familiar. Embora devam estar atentos para o fato de o camponês não conseguir, não poder utilizar todo o seu tempo de forma integral, a questão sazonal é bastante relevante neste ponto.

É muito comum entre os camponeses em questão, ouvir afirmações, como: *no tempo das água se tem mais, no tempo da seca não*. São falas de

quem demonstra profundo conhecimento do tempo, ou seja, no período de maior pluviosidade há um desgaste maior, a semeadura é mais eficaz, a colheita é maior. Há um desgaste sim, mas acompanhado de grande satisfação.

É preciso perceber que Chayanov crê que o trabalho do camponês busca sempre um fim que é a satisfação de suas necessidades, a unidade produção-consumo. O trabalho da família camponesa procura buscar a equalização de seu consumo. A preocupação com a subsistência é bastante presente nas relações econômicas camponesas. A garantia de que as necessidades da família serão atingidas é o equilíbrio entre a taxa de consumo desta em relação à força de trabalho. Sintetizando esta idéia, é preciso que, a exploração da força de trabalho familiar acompanhe o consumo familiar. Conforme mostra o autor:

La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. (CHAYANOV, 1975, p.47)

Outro aspecto posto nas palavras acima, ou seja, para que o consumo seja atingido plenamente, também é pode ocorrer uma exploração máxima da força de trabalho do camponês. Muitas vezes em seu texto, Chayanov demonstra a questão da fadiga como algo importante neste equilíbrio entre a força de trabalho e o consumo. A quantidade de trabalho gasto em uma unidade familiar está diretamente ligada às necessidades domésticas da família, que por sua vez aumentam através do consumo. Logo, quanto mais se consome mais se trabalha, como também relata o autor:

En otras palabras podemos afirmar positivamente que el grado de autoexplotación de la fuerza de trabajo se establece por la relación entre la medida de la satisfacción de las necesidades y la del peso del trabajo. (Chayanov 1975, p. 84)

Nem sempre estas necessidades são atendidas, embora haja certa exploração da força de trabalho. Em algumas famílias camponesas, que nos propusemos a estudar, verificamos algumas dificuldades encontradas se pensarmos por este viés. Logo que estas famílias chegaram para o trabalho com a terra, era bastante comum que o pai tivesse uma gleba enorme de terra. Em tempos em que a tecnologia era escassa, havia real necessidade de braços para se trabalhar na lavoura. Era muito comum as famílias terem pelo menos cinco filhos, chegando a quase quinze dependendo do tamanho da propriedade. No transcorrer dos anos isso passa a ser um problema para estas famílias, pois a morte do pai significava a partilha das terras por meio da herança, tornando as propriedades muito pequenas para atender “novas famílias” que vão surgindo. Vejamos dois relatos de camponeses que demonstram bem esta situação:

Eram três irmãos, então esses três irmãos vinham da Itália e cada um tinha uma dúzia de filhos. E naquele tempo eles compravam terra fácil, para comprar 40,50, 100 alqueire de terra era uma facilidade. Mas quando eles morriam... por exemplo 60 alqueire de terra dividia para 12 filho. Quanto dava pra cada filho? 5 alqueire. Então hoje tem um filho, e tem um outro irmão, e outro já tem 5, e outro 5. Nem que deixou 10, no tempo dos velho. Hoje já ficou pros neto, filho do filho dele. E não já não tem mais 10. Olha o sítio do meu pai era de 104 alqueires, 13 filhos...11,5. acabei ficando com as terra melhor, então fiquei com 6,5; depois eu comprei. Mas como uma pessoa vive com 6,5 alqueire. Tem gente que fica com 10, 11. O que vai fazê? Plantá milho, cereais, painço, arroz, então.... num dá pra vivê, hoje não dá pra vive. Só tenho 03 irmão na roça. Porque tem os grande, hoje tá acabando com os pequeno. (G.R.mar.2008)

Dentro destas falas, observamos justamente que a relação entre trabalho e consumo foi relativamente eficaz em certa época. Porém acabou se tornando inviável no momento em que houve a partilha das terras, podendo levar o camponês à miséria, ou ser engolido por grandes propriedades. A situação mais comum em nosso caso foi a fuga para a cidade, uma vez que no momento em que isso ocorre já há uma urbanização mais intensa e início da

industrialização. Todavia, é interessante notar que na fala dessas mesmas pessoas, eles admitem o movimento contrário, observando este trecho temos:

Tem bastante gente dos Bruno* que está adquirindo mais terras, que tá comprando. Primeiro repartiu dos filhos do vô, agora um tem comprado do outro. Acho que a tendência é até....Tornar de novo poucos proprietários, como era quando os italianos chegaram aqui... como o meu vô. é pode acontecer, pode acontecer...é foi fracionando, fracionando e aí ficou pequenos proprietários. Agora os que têm mais poder aquisitivo, vão adquirir, e vão formando grandes proprietários de novo.(G.R.J. mar.2008)

A inviabilidade econômica das propriedades muito pequenas tem possibilitado esta situação que pudemos perceber acima. Estaria se repetindo um ciclo e dessa maneira chegar a mesma situação descrita por Chayanov? Ou seja, o retorno de um possível equilíbrio entre força de trabalho e consumo? Talvez, seja bastante precoce afirmarmos isso, porém, é algo bastante instigante, que deve ser melhor analisado. É claro que é preciso frisar bem, o contexto Chayanoviano da Rússia do início do século XX, como o do interior de São Paulo na mesma época.

O campesinato tem sido apresentado até agora de uma forma um tanto quanto *economicizada*. WOORTMANN K. (1990) propõe que o campesinato seja analisado a partir de outras óticas e não só a econômica, como muitos estudos assim o fazem. Cremos, então, que nossa pesquisa não deve abandonar estes vieses, também. Partindo desta perspectiva, em que a análise do camponês não deve ser feita privilegiando somente o econômico, é nos apresentada uma nova modalidade de se enxergar a terra: ela não mais sendo somente o objeto do trabalho, mas sendo também objeto onde a família agrega valor. Não valor de uso, nem de troca, mas valor de patrimônio, valores sociais, valor-família, enquanto o lócus onde se cria sua moralidade. Diante disso é profícuo reconhecer que: “Neste plano, por exemplo, o conceito de valor de uso, ganha outro valor: *o de uso enquanto valor.*” (Woortmann K.,p.12,1990, grifo nosso). Neste momento, Woortmann K. propõe outra maneira de perceber o camponês, a terra, e, assim o território que ele produz, o que veio nos forçar

* Bruno é uma das famílias estudadas por nós

a procurar compreender melhor os aspectos culturais do *ser camponês*, acreditando ser de grande valia para nosso trabalho.

Então, partimos por pensar o camponês como um ator social, dotado de valores culturais que permitem a ele *ser camponês*. Mas é claro que não podemos ver o camponês como um estranho dentro de uma economia de mercado, sobretudo na realidade do Brasil, um país que já nasce pela exploração capitalista. É interessante então, novamente, recorrermos a Woortmann, K. quando diz que a sua integração com o mercado não é necessariamente o abandono de seus valores. Há, sim, um ser humano composto por toda uma complexidade.

A ordem moral camponesa, que se entrelaça com a ordem econômica, deve ser pensada, quando há o trabalho e este é realizado em família. Mas o exercício deste trabalho implica no fato de enxergar a terra enquanto seu patrimônio, e os bens que ela proporciona, como uma grande riqueza que é dada pela natureza como dádiva. Já há aí um aspecto que remete a outra forma que o camponês possui: encarar o trabalho não para fazer dinheiro, mas como um meio de manter sua família. O trabalho não é para produzir mercadoria e sim gerar riqueza. Woortmann E. et al. (1997, p. 134) ao estudarem camponeses no estado de Sergipe puderam comprovar que o trabalho na realidade é um categoria simbólica que dá corpo a cultura camponesa. Segundo estes autores:

“Trabalho é uma categoria cultural ou ideológica e tem múltiplos significados. É, de fato, uma categoria central da teia de significados que constitui a cultura camponesa aqui estudada, e expressa uma ética. É uma categoria que não é pensada independentemente de outras, como terra, família e gênero. À diferença do que ocorre no universo de representações da produção moderna, trabalho não pode ser pensado em si, visto que é uma categoria moral.” (Woortmann E. et al. 1997, p.134)

Logo, tendo o trabalho outra conotação, diversa do modelo economicizado, a terra, o chão passam a ter outro significado. A terra não é para se extrair renda, esta que embora seja do tipo não capitalista. Isso porque a renda da terra tem mais um significado simbólico do que econômico para o camponês. A terra é onde o camponês mantém e garante a sua vida, garante o

ser camponês. O trabalho tem conforme os autores uma razão prática, não seguindo exclusivamente a racionalidade do mercado, mas sim seus simbolismos. Ele, o trabalho, acontece na terra; é a terra do trabalho que garante a identidade camponesa. Em um trabalho de campo que fizemos no bairro da Bocaina, um sitiante de já 79 anos relata um pouco dessa noção trabalho e terra:

A gente fazia plantaçon assim, e plantava na berada dos toco. Nos pau que cortava. Fazia uns pedaço grande e entón, nois plantava tudo em volta. Deixava espaço pra coiê o mio, pra coiê o aroiz, tudo, tudo era tudo na mão. Tudo com a enxada. Naquele tempo não tinha cavalo, não tinha nada. Mas era uma boniteza, vê essa labuta. Depois que fomo indo, ia labutando, labutando....aí o meu pai comprô um pedacinho de terra, feiz uma casinha, nois morava numa casa de barroque. E nois era em 10 irmandade. E o pai e a mãe era doze. Ton tudo por aqui. Foi nessa terra que labutamo e fizemo gente. (S.B. mar.2008)

Um momento, aparentemente, bastante sofrido, carregado de dificuldades, e quase sem obter renda. É relatado com grande emoção, pois foi nessa época que se *fizeram gente*; Assim, foi a conquista do chão através do trabalho que praticamente deu a significância para a vida. Dessa forma, constrói-se uma relação dialética entre o trabalho e a terra, O trabalho sem a terra não tem significado e a terra sem o trabalho também não, dentro da cultura camponesa. COSGROVE (in. CÔRREA & ROSENDAHL, 2003,p.104) nos atenta para perceber o caráter cultural do trabalho, que tem a possibilidade de tanto ser do plano material como abstrato, ou melhor, dizendo, enquadrar-se em ambas as situações. Segundo este autor:

“Contudo, mesmo o uso contemporâneo, ‘cultura’ serve para unir os aspectos fundamentais do ser social: (1) *trabalho*, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (como a ‘agricultura’, ‘viticultura’, ‘silvicultura’); e (2) *consciência*, as idéias, valores, crenças e ordem moral nas quais os seres humanos se tornaram cientes de si mesmos como sujeitos capazes de transcender a grosseira materialidade da natureza (como ‘cultura primitiva’, ‘cultura de classes’, ‘contracultura’). A cultura é o termo central do humanismo, incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável,

e compreensível apenas através da prática.” (COSGROVE, in. CORRÊA & ROSENDAHL , 2003, p. 104)

Vemos aí como a cultura tem uma dualidade de ser um determinante no processo material da vida humana, na consciência do ser humano, pondo-se como uma relação de complementaridade. Aí, há um ponto crucial nessa análise dialética, pois pensamos a partir da lógica camponesa: trabalho pode determinar o que é produzido e transformado pelo homem, da mesma forma que condiciona a produção, ou seja, o fruto da terra.

O camponês faz da terra sua morada, a família, e logicamente o trabalho familiar também constrói o seu laço com a terra. Temos desta maneira outro aspecto do modo de vida camponês, o seu forte vínculo de parentesco. No trabalho *Herdeiros, parentes e compadres* de Ellen Woortmann, é realizada uma ampla discussão a respeito do papel da família na vida camponesa. Este embasamento realizado por esta antropóloga é de grande valia para discutirmos alguns pontos de nosso trabalho.

Observamos a importância de Woortmann E. atentar para o papel da consangüinidade dentro da família camponesa. A dinâmica econômica da família camponesa se pauta numa economia doméstica. O chefe da família sendo o pai assume também a função de chefe na forma como organiza a produção. O filho, então, se subordina a essa lógica. Os filhos também devem cuidar da terra, pois ela é um patrimônio de valor moral. Aqui, as relações de parentesco, portanto, são inerentes à lógica camponesa. Esta lógica sustenta os valores em relação ao trabalho, mencionado acima, de forma que o trabalho em família contribui para a sedimentação dos laços de parentesco. Um dos camponeses visitados deixa esta questão bem clara quando diz:

O meu trabalho ajuda a viver, não sei se tô certo ou errado, pq não é gostoso trabalhar, né? Tenho dois um filho e minha mulher trabalhando comigo mas o caçula trabalha de empregado em outro sítio, no Mauro Avancini, que é sócio do Boveloni, mais acontece que os Boveloni são meio parente, primo da minha muié. (G.R. maio/2009)

Fazendo alusão a outro depoimento colhido por um camponês no Bairro dos Francos, questionamos, por que os três irmãos moram no mesmo sítio e

no mesmo terreno. A resposta que tivemos foi que a herança deixada pelo pai, se fosse dividida, não teria viabilidade econômica para os herdeiros, já com família constituída. Os irmãos decidiram se tornar sócios para poder garantir certa renda da terra, de modo a manter suas respectivas famílias. Neste momento, podemos perceber também a relação contraditória com que o campesinato convive, já que ao mesmo tempo em que é inserido a uma economia doméstica, ele também se insere à economia de mercado.

Irmãos, cunhados, primos serem parceiros, sócios, foi algo muito comum encontrado em nossas visitas de campo. Estas relações de parentesco também determinam as relações de vizinhança, outro aspecto típico do *ser camponês*. Como muitas destas propriedades, em questão, foram fragmentadas a partir da herança, os irmãos tornam-se vizinhos uns dos outros e em alguns casos, a herança veio a partir do avô, então a relação de vizinhança já ocorre entre primos.

A vizinhança aqui é selada por um laço consangüíneo também, por isso a grande reciprocidade dentro do bairro rural (algo que vamos tratar mais adiante) a pertence. O Bairro da Bocaina tem uma história que ilustra bem este fato: dentre nove famílias visitadas, todas tinham relação ou eram *gente dos Bruno* (família já mencionada). O trecho de depoimento abaixo demonstra bem isso:

Guilherme: *Aqui nessa região sempre predominou a família Bruno?*

E. B.: *A maioria sim.*

Guilherme: *Vocês sabem por que eles vieram morar aqui?*

E.B.: *Ah a história, assim deles, eles não têm um registro assim de nada. Eu sei que minha vó quer vê foi a..... o meu bisavô eles vieram da Itália.... e onde eles ficaram, pai? A vizinha quando veio pra cá?*

F.B.: *Morava aí em baixo nos Borges, aí... na Bocaina também.*

E.B.: *Então, moravam por aqui nos Borges, na Bocaina, aí eles localizaram aí...a minha vó nasceu no Brasil. E os bisavós vieram da Itália, né. Na época da migração italiana. E depois ela casou como o meu vô, né? O vô veio de onde, pai?*

F.B.: *O vô nasceu aqui no Brasil.*

S.B.: *É nasceru o Brasir.*

E.B.: *Aí a minha vó e o meu vô morreu, e a minha vó ficou morando por aqui.*

Guilherme: *Aquele Primo Bruno é parente de vocês?*

E.B.: *É primo do meu pai. Tem mais de 90 ano, uns 92 ano. É o pai dele com o pai do meu pai eram irmãos. Eles são primos legítimos. Quer dizê meus avós vieram para cá e os seus filhos permanceru, agora são os netos, que tomam conta das propriedade. Mas os Bruno dividiru com os Moreno e os Sia. Só pra tê uma idéia, eu só primo da muié do Gerson Rossi, sobrinho da muié do Salani.*

S.B.: *o Salani também é seu tio. Entrô pra parentaia.*

Com estes depoimentos, verificamos, ainda que de forma implícita, que um casal deu origem a *toda gente dos Bruno* na Bocaina, tendo filhos que foram herdando terras, fragmentando as propriedades, mas se mantendo no mesmo lugar. Com isso, o bairro da Bocaina fica com várias propriedades dos mesmos parentes – irmãos, primos, sobrinhos. Na última fala, da senhora Santina Bruno, fica notório que pelo fato de o sr. Antonio Salani ter se casado com uma Bruno tornou-se seu parente. Cabe, neste caso, pensarmos em Lévi-Strauss, em sua Teoria da Aliança, em que a troca de mulheres possibilita a manutenção das regras sociais. O casamento permite a sucessão, representa uma aliança, o que é muito bem explícito dentro do campesinato.



Foto: Guilherme C.Rodrigues 04/2008

Casas próximas, dois irmãos morando no mesmo sítio

Segundo Moura, M. M. (1986), é impossível separar a economia e a família. O trabalho familiar justifica o significado da terra para o camponês, até pelo fato de que o trabalho em família lhe fornece alimentos. Embora não devemos acreditar que família camponesa se auto-sustenta, novamente advertimos que estamos inseridos dentro de uma sociedade industrial. Então, o trabalho familiar tanto pode ser *pro gasto*² como voltado para o mercado, como acontece em nosso caso de estudo. Novamente, Woortmann, E. nos chama a atenção para este processo do trabalho. Segundo suas palavras:

Mas o processo de trabalho não produz apenas alimentos; ao longo dele são também 're-produzidas' idéias. Ele pode ser visto como um processo ritual. Além disso, ele evoca *idéias*, não só para nós, mas para os próprios sítiantes. (Woortmann, E., 1995, p.133-134)

Esta questão simbólica do trabalho é muito importante para os camponeses e foi muito comum escutar de alguns que o *fulano virou homem, pois ajuda o pai na roça*. Nestas falas é demonstrado muito orgulho o significado simbólico aí do trabalho, nem tanto para a produção de

² Expressão utilizada pelos camponeses para designar o que é produzido para auto-consumo

mercadorias, mas para dar dignidade ao homem e dar o devido valor, ou *uso enquanto valor* a terra. Numa tarde de janeiro em Mogi Mirim, uma forte tempestade destruiu uma lavoura inteira de mandioca. Logicamente, o sitiante se viu desesperado, já que perdera muito dinheiro devido e também trabalho. Conversando com ele, pudemos verificar o quanto a terra tem significado:

Ah seu moço, perdi dinheiro, dois mês de trabaio, mas vô tê que continua. É muito arriscado, mais a gente tem *amor com terra*. (Grifo nosso – A.B.fev.2008)

Ainda com relação à produção de alimentos, quando questionadas algumas famílias, sobre o uso e consumo de produtos industrializados, a maioria responde que só compra o que não consegue produzir. Eis a fala de uma camponesa:

No tempo antigo era assim, não tinha precisão de ir no supermercado, mas hoje a gente compra...também só o que não tem, que nem verdura quando não tem. Carne a gente não costuma comprar em açougue não, mata aqui. Frango, raramente compra, leite....ovo...tem coisa que não se mantém o ano todo, mas o que puder ter a gente tem. Dependendo da fruta também. (J.B. mar. 2008)

A senhora que nos forneceu este depoimento, frisa que antes não havia necessidade de ir ao supermercado, porque supermercado é coisa relativamente recente no Brasil. Ele é fruto da industrialização. Este dado e mais outras conversas com sitiante mais antigos permitem-nos pensar que a relação com o dinheiro mudou dentro dos valores camponeses. Há quarenta, cinquenta anos, conforme relatos, quase não se usava o dinheiro, havia muitas propriedades, caracterizavam-se como quase que auto-suficientes, se não fossem, existia o apoio dos vizinhos e parentes. Segue um trecho de depoimento de um casal de sitiante bastante idosos e mais uma neta de um de seus compadres, que ilustra bem esta questão:

Guilherme: *Vocês se lembram da época em que não havia estas coisas todas industrializadas? Antes da época do supermercado, da indústria?*

J.B.: *É... muitas planta, arroz, feijão.... era tudo aqui. Eu vivi essa época, eu sô do tempo, que sabe o mercadón³ aqui em Mogi Mirim...*

T.B.i: *Tinha uma mulher, a Viúva Albano...lá na Sta. Cruz era tudo dela....*

J.B.: *Na frente da igreja Sta. Cruz....*

T.B.: *Em frente era tudo da viúva Albano, então ela tinha uma venda, então ela fornecia pro povo do sítio.*

J.B.: *Ela conhecia todo o povo do sítio...*

T.B.: *Ela vendia pro povo do sítio, mantimento, o que precisava.... o fornecedor dessas banda era ela, e eu conheci, mas agora morreu tudo.*

J.S.: *Comprava muito pouco lá, né?*

J.B.: *Então! Eu ficava no mercadón na fila pra pegá querosene, a gente não tinha força, ficava pra pegá açúcar, pegá alguma coisa que precisava, a minha mãe mandava eu fica na fila.*

T.B.: *Às veis precisava pegar as coisa na cidade, açúcar, às veis arroiz....*

Guilherme: *Usava-se muito dinheiro? Ou não?*

J.B.: *Dinheiro mesmo era curto...hoje também é, mas usa mais.(risos).*

T.B.: *Não, não. Essa viúva Albano, mesmo.... quanto dinheiro essa coitada perdeu. Ela vendia, dava prazo de um ano, dois ano... pra pagá...ela também tinha a mania de guardá dinheiro pro povo do sítio. Só ela tinha cofre.*

³ Mercado Municipal de Mogi Mirim, uma das poucas formas de comércio há 50 anos

J.S.: Dinheiro era uma veis por ano, não era d. Júlia?

J.B.: É, era uma veis por ano... o dinheiro às veis virava pasto.



Foto: Castro/Rodrigues 04/2008

Cultivo de hortaliças – parte para a família e vizinhos, parte para feira



Foto: Guilherme C. Rodrigues 01/2008

Lavoura de mandioca destruída em tempestade – amor à terra



Foto: Guilherme C. Rodrigues 03/2008

Criação de vacas *pro gasto*, ao fundo cultivo de laranja para a indústria

Gostaríamos de atentar para a chamada *viúva Albano*, uma senhora que herdou uma pequena venda no Bairro da Santa Cruz, já zona urbana, há cerca de sessenta anos. Para os sitiantes mais antigos, esta senhora era um ponto de referência na questão da “ordem financeira”, uma vez que ela servia como fiadora de muitos para compra de rústicos utensílios da época e tinha a função de guardar o dinheiro para eles. O banco ainda era algo bastante distante. A confiança depositada nesta mulher significou muito para estes sitiantes. O peso da palavra demonstrava o valor de sua hora, algo também presente na lógica camponesa. Verificamos esta situação em vários relatos. Numa briga num jogo de bombaça, um homem escapou da morte pelo laço de confiança e de honra com os vizinhos que seu tio possuía:

“o Toninho era bão que era uma coisa. Mas não tinha cabeça. Uma veis eles viero jogá bombaça, tinha bombaça né? E ia jogá aqui, e eu jogava naqueles tempo também, mas eu nem alembro mais. Sei que o Toninho arrumo increnca, não se se foi no primeiro ou o segundo que jogô, eu sei

que...se eu num tô lá ele morre. Aí eu entrei no meio, eu era muito conhecido... aí ele gritô: “**Pára! Pára que eu tô obedecendo o Bonatti aqui**”. Aí eles pararu, mas disseru, ele não morre porque o senhor tá aqui, estimo muito ocê , ocê é comprador da fazenda. Faiz muito tempo que eu conheço ocies. Aí acabo o jogo, terminaru.” (Grifo nosso, T.B., mar.2008)

Não podemos nos esquecer do papel da religião para o camponês. Eis outra razão que justifica o *ser camponês*. Às vezes, conforme afirma Moura, M.M, o calendário podia ser organizado pela religião. Realmente, o apego à religiosidade sempre esteve presente nas conversas com os sitiantes. Não uma religião clerical e sim os valores de um catolicismo popular, passados de geração a geração, tanto que nosso objetivo foca uma paróquia. Uma série de eventos ligados a ela são esperados o ano todo pelos camponeses, como a Romaria de Santa Cruz no primeiro domingo de maio, a Missa para introdução do ano agrícola em julho, onde são oferecidos sementes, utensílios de trabalho para que sejam abençoados, e a Jornada Missionária em outubro, por ser o mês de Nossa Senhora Aparecida.

Todos os bairros rurais se reúnem em uma capela no sítio para prestar as homenagens a Nossa Senhora. A figura do sacerdote é muito respeitada e admirada pelos sitiantes – *é um homem de Deus* – como disse uma senhora certa vez. Em todos os relatos, Padre Paiva, o pároco há quase cinquenta anos é citado com grande apreço:

Guilherme: *Vocês são católicos?*

J.B.: *Graças a Deus!*

T.B.: *Nóis é com fé em Deus!*

Guilherme: *Vocês participam de qual paróquia?*

J.B.: *Da Santa Cruz, até sexta feira eu dei almoço pro padre.*

Guilherme: *Pro padre. Paiva?*

J.B: Não agora é outro, o padre. Milton. Eu dei janta, aliás. Ele veio na missa e disse: “Olha padre. de barriga vazia não pára em pé”.... (risos)

Guilherme: Vocês são muito amigos do padre Paiva?

J.B: Muito amigo, muito amigo, Nossa Senhora....!

T.B: É o pe. Paiva é meu amigão....

Guilherme: Como vocês o vêem? Com a admiração, uma pessoa querida?

J.B: Querida, bom de mais, ele quer muito bem...

T.Bi: Muito bom, igual a ele não tem homi mió no mundo

Em quase todas as conversas com os sitiantes, Pe. Paiva é lembrado desta maneira. É importante verificar a organização espacial que também é concebida, muitas vezes, pela religião, algo que trataremos no próximo capítulo.



Foto: Guilherme C. Rodrigues out.2007

Jornada Missionária – Capela dos Francos, cada cor um bairro



Foto: Guilherme C. Rodrigues out.2007

Jornada missionária – louvor a Nossa Senhora Aparecida



Foto: Guilherme C. Rodrigues nov.2006

Reza em Capela no Bairro dos Borges



Foto: Castro/ Rodrigues 2008

Sabão feito com gordura – exemplo da auto-suficiência



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Aspecto da organização do espaço no sítio camponês



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Forno a lenha, algo típico do modo de ser camponês



Foto: Rodrigues,G.C. abr.2008

Aspecto de um sítio – ao lado da casa um galinheiro, convívio harmônico com os animais



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Terra sendo preparada para receber a laranja



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Milho – *pro gasto*

Capítulo 2 – DESENHANDO O TERRITÓRIO: PARENTESCO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. (HAESBAERT, 2004,p.78)

A princípio é fundamental discutir o que é o território para podermos pensar nele enquanto algo que se faz na Paróquia de Santa Cruz. Tomamos como ponto de partida o pensamento de Claude Raffestin, já que se trata de um clássico deste assunto dentro da Geografia. Não que necessariamente iremos concordar com ele todo o tempo, mas acreditamos que fazer menção a ele é muito importante. Uma das melhores idéias que Raffestin coloca para explicar o que é o território é quando afirma que o espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si próprios. (RAFFESTIN, P. 144, 1993). A partir daí podemos já pensar no território enquanto o sinônimo do poder que os homens exercem sobre o espaço geográfico. Ou seja, a demarcação, a delimitação de um espaço. Nas suas palavras temos:

É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. (RAFFESTIN, 2007,p.26, in. Saquet e Spósito)

A relação dialética entre espaço e território embutida nas palavras do autor revela que a chamada territorialização do espaço está fortemente ligada às práticas espaciais (que trataremos mais adiante) são dos homens que possibilitam a constante criação e recriação do espaço/território. Estas práticas espaciais, tratadas por Léfèbvre (1974), significam maneiras de entender a sociedade, e que por estas ocorrem a “territorialização” do espaço. Léfèbvre fala do espaço produzido por dois caminhos, a formação social (modo de

produção) e a construção mental (concepção), o que confirma que para entender o espaço é preciso analisá-lo enquanto algo concreto e abstrato. As práticas espaciais envolvem a produção e a reprodução, agregam lugares, que asseguram a formação social, permitem a produção da concretude espacial por meio do modo de produção vigente, como também agregam símbolos (imagens). O autor cita que na Idade Média a prática espacial compreendia as redes de caminhos nas circunvizinhanças de comunidades camponesas, os mosteiros, os castelos, as rotas de peregrinos etc. Todo isso determina uma prática espacial de uma formação social diferente. O território aí se faz (fazia) conforme tais práticas, já que a “territorialização” do espaço, da qual fala Raffestin, é gerada pelo simbólico e pelo concreto. Ou seja, simbólico: significado dos mosteiros para aquela formação social; concreto: os próprios mosteiros. Porém, é preciso ter cuidado, que embora aconteça uma relação dialética entre espaço e território, o território é constituído a partir do espaço, ambos, não são sinônimos. Mas é necessário que se faça menção à questão das práticas espaciais e percebê-las como vetores para a construção dos territórios.

Diante disto, o norte para a noção da formação do território é que ele vem atrelado à questão do poder, antes de mais nada. O poder, que influencia e quem é influenciado, no espaço, é que gera as condições necessárias para se fazer o território. Voltando às práticas espaciais, podemos ter o *poder* como uma destas práticas, que se manifesta num substrato material, que ganha um valor a partir das relações sociais. Robert Sack já nos lembra isso em seu célebre artigo *Human Territoriality: a Theory*, 1983 quando afirma logo no início:

Human territoriality is vast (...)I mean the attempt to affect, influence, or control actions and interactions (of people, things, and relationships) by asserting and attempting to exercise control over a geographic area. (SACK,193,p. 55)

Todos os esforços para a compreensão do território e de sua territorialidade se fazem em volta da ideia do poder, ponto que jamais deve ser negligenciado. Trata-se da prática social, que produz o território. Tanto assim,

que a análise clássica do território nasce com a discussão acerca do Estado-nação, e da manifestação que esta instituição, fruto da modernidade, exerce em torno do espaço. As formas de este manifestar o poder passam desde monumentos ligados à Pátria (que aí se manifesta de forma concreta e abstrata) como também ao poder da força, e da coação das forças armadas, da polícia ou de simplesmente do reconhecimento de um líder em dado “pedaço” do espaço. Nisso, a Geografia tem vasta gama de estudos que procura elucidar tal questão. Friedrich Ratzel talvez tenha sido um dos principais nomes da Geografia nesta empreitada. Em sua obra clássica *Politische Geografie*, Ratzel trabalha nela com o termo *territorium*, considerado por ele um ponto, uma área político-espacial que agrega, materialmente, o poder do Estado. Dentre outros geógrafos, que pensaram o território gostaríamos de fazer menção a Manuel Correia de Andrade, ao afirmar, o cuidado em não confundir o território com o espaço e tão pouco o lugar. Para este autor, o conceito de território está muito:

“.....ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território a ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, que ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas” (ANDRADE,1995,P,19)

Mas, este mesmo autor nos chama a atenção para o fato de que o território só é produzido desde que as pessoas tenham consciência disto, o que se faz importante para pensarmos na formação territorial no contexto da Paróquia Santa Cruz. Ainda nas palavras de ANDRADE:

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de *territorialidade* que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ibden,p.20, grifo nosso)

Podemos considerar que a consciência, da qual fala Andrade, torna-se um mecanismo de poder abstrato, que se manifesta no espaço. É uma projeção de poder no espaço que gera o território. SOUZA, M.L. (2007, p.69) ao citar Arendt diz que o poder emana da coletividade, assim, é o grupo de partilha do poder.

Por meio da leitura de Haesbaert (2004), temos uma das mais clássicas vertentes sobre território temos o caráter político-jurídico, a ideia de um poder que é institucionalizado, algo bastante relacionado ao Estado. As mais variadas formas de instituição mantidas pelo Estado dão legitimidade ao poder que este exerce sobre o espaço.

Contudo, pensamos que o mais adequado para o nosso trabalho é olhar para o caráter cultural sócio-econômico e cultural do território. O território é constituído por relações de identidade, por grupos sociais em relação entre si e com o meio natural, expressando tais relações na dialética do espaço-tempo.

O território pode ser construído por meio de várias possibilidades, e não só a visão de que ele se dá por meio do poder. Podemos pensar que o território é também constituído por identidades. De fato, não deixam de ser, já que estão demarcando um espaço e dando-lhe uma característica. E uma configuração. As identidades que são reproduzidas no território assumem o papel de territorialidades, fazendo o *território ser território*. É válido ressaltar o que Haesbaert, p.76,2004 considera sobre esta categoria do espaço geográfico, possuindo duas características básicas:

- ✓ Caráter político: com predominância do macropoder, político e institucionalizado;
- ✓ Caráter mais local: com predominância dos micropoderes, ou seja, os simbolismos vividos no cotidiano das populações;

Estas características forçam a concordar com Souza,M.L.(2006) quando afirma que há a possibilidade de existência de varias territorialidades, ou até mesmo territórios superpostos no mesmo espaço. Conforme o próprio autor:

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas *substratos materiais* das territorialidades...), podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos, décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato

espaçial permanece ou pode permanecer mesmo. (Souza,M.L. 2006, p.87 - grifo autor)

Além da flexibilidade que o território pode ter, uma vez que as relações sociais não são estáticas, devemos sempre estar atentos para o tempo neste contexto. As relações sociais, e, portanto, as territorialidades são construídas através do tempo.

Para SAQUET, 2007,p.74, “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade, requer, evidentemente, uma abordagem que conheça a unidade (...) economia – política – cultura – natureza.” Por isso é fruto da territorialidade constituída pelos homens ao longo do tempo. Assim, ocorre uma sincronia entre o espaço e o tempo para a formação do território. E como já outros autores disseram, afirma ser o território lócus para as relações sociais, que reforçam pensarmos o território novamente enquanto produto histórico da ação humana na reconstrução e transformação do meio. Este autor propõe a percepção de territórios multiescalares e também multitemporais, pois para ele o território possui rupturas e descontinuidades, sendo que a toda hora se cria ou se desfaz um território. Saquet atribui isso às diversas temporalidades, segundo ele:

O tempo significa, nesta compreensão, um movimento contínuo. O tempo presente, passado e futuro indica processualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera *novas* territorialidades e *novos* territórios que contêm traços/características de *velhos* territórios e territorialidades. (SAQUET, 2007,p.82, grifo autor)

A forma como o tempo “incide” no espaço dá as condições necessárias para a existência de multiterritorialidades, conforme pensa o autor, e, desta maneira, verificamos muitas vezes diversas relações de poder dentro do mesmo espaço, muitas vezes gerando condições, um tanto quanto conflituosas. Tendo o território a questão do poder como ponto vital, podemos tê-lo enquanto um “campo de forças”, em que relações políticas, econômicas e culturais agem sincrônica ou diacronicamente, embora, haja uma unidade entre

tais dimensões sociais – a economia, a política e a cultura – isso porque o homem permite tal síntese. Gostaríamos de expor algo observado por um geógrafo inglês acerca do pensamento de Léfèbvre, algo que vai ao encontro da “síntese” homem, que por sua vez gera a materialidade/imaterialidade do espaço/território:

In order to make progress in understanding space, we need to grasp the concrete and the abstract together(...). Just as Léfèbvre described the state as a “realised abstraction”, space too is realised (in both senses of word, that is comprehended and actualised) abstraction. Here there is a balance struck – a dialectical relation – between idealism and materialism. Space is a mental *and* material construct. (ELDEN, 2004, P.96)

Se o território é anterior ao espaço e as relações de poder o “criam”, ele também é resultado da síntese entre a matéria e a ideia, sendo assim: “realizado pela abstração” e também uma “abstração realizada”. A territorialização se dá por atores sociais tanto de maneira material como imaterial, permitindo dessa forma a constituição de diversas temporalidades e territorialidades, com várias dimensões (políticas, econômicas, culturais) que se amalgamam, produzem uma síntese.

Conforme Raffestin in Saquet 2007, o território é caracterizado por quatro níveis de relações distintas e complementares, território do cotidiano, de trocas, de referência e sagrado. (2007,p.84), sendo assim:

1. Território do cotidiano: é a territorialidade imediata, banal, do cotidiano vivido e simultâneo;
2. Território das trocas: é cotidiano também, mas envolve a articulação regional, nacional e internacional, pode ter descontinuidades temporais, espaciais etc.;
3. Território de referência: com caráter é histórico e imaginário, é material e imaterial, e possui uma memória, lembranças e relações afetivas;
4. Território sagrado: ligado a igrejas e/ou religiões que demarcam poder sobre tal espaço;

Estes níveis provam diversidade das relações humanas que se sobrepõem e que provam a materialização de ações identitárias com o espaço, relações de poder, constituídas através dos tempos, interagindo com outras formas de poder, podendo muitas vezes até serem conflituosas. Ao nos depararmos com as definições acima é que gostaríamos de iniciar a discussão do processo de territorialização que se dá dentro na Paróquia de Santa Cruz. Poderemos ver mais adiante a interação destes “tipos” de território dos quais nos falou Raffestin, se interagindo e ocorrendo ao mesmo tempo naquele espaço. Existindo uma superposição de territórios, ou seja, diversas multiterritorialidades, demarcadas por diversas temporalidades, que ora se negam, ora se complementam.

Para isso julgamos de grande valia tomar o conceito de bairro rural como fio condutor destas diversas possibilidades de formação do território. Aliás, o bairro rural por si só já é um território quando o vemos e o temos enquanto lócus de identidade cultural. Dentro do bairro rural há a sincronia entre os itens acima colocados por Raffestin, da territorialidade imediata, do banal; do processo histórico e do sagrado; entretanto do conflito de sua interação/articulação com o nacional e o global, hoje marcados pela inserção do Brasil na economia mundial. Assim, estas unidades territoriais além de guardar sua rusticidade que é característica, passam a conviver com elementos da modernização

Verificamos 23 bairros rurais na Paróquia de Santa Cruz, cujas relações sociais são ainda marcadas por àquelas que trataremos mais adiante. A demarcação destes bairros sempre tem como foco a capela, ligada à Matriz de Santa Cruz, podendo ser visto nos mapas 01 e 02 nos anexos.

2.1 - PENSANDO A TERRITORIALIDADE NA PARÓQUIA DE SANTA CRUZ

Propusemo-nos a discutir o processo de territorialização com os sitiantes que pertencem à Paróquia de Santa Cruz. Num primeiro momento, seria proveitoso salientar o fato de que pertencer a uma paróquia já é fazer parte de um território, se pensarmos enquanto uma divisão política da Igreja Católica. O

catolicismo já exerce, enquanto religião, o poder que se faz na materialidade das capelas, da igreja matriz, quanto imaterialmente ao regulamentar os espaços, a partir de práticas católicas como as procissões, rezas etc. Começaremos a esmiuçar a questão do território a partir daí. Quando Saquet afirma a possibilidade de existir territórios multiescalares, com múltiplas dimensionalidades, já podemos detectar este fato em nosso objeto de estudo. Quando foi criada a Paróquia de Santa Cruz, em 1959, já houve uma definição de um poder independentemente das práticas espaciais cotidianas do povo, que passaria a fazer parte dela. Sua própria criação foi justificada, na época, pelo fato de que uma Paróquia somente não era suficiente para o município de Mogi Mirim que crescia. Assim, houve um desmembramento da Paróquia de São José, na porção oeste do município de Mogi Mirim, para a recém-criada paróquia de Santa Cruz. Julgamos ser conveniente a exposição da definição de paróquia do ponto de vista oficial da Igreja Católica, conforme o Código Canônico temos:

Cân. 515 § 1. Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.

Cân. 518 Por via de regra, a paróquia seja territorial, isto é, seja tal que compreenda todos os fiéis de um determinado território; onde, porém, for conveniente, constituam-se paróquias pessoais, em razão de rito, língua, nacionalidade dos fiéis de um território, e também por outra razão determinada.

A normatização católica para o termo paróquia, por si só já faz alusão a um território, uma vez que seus elementos essenciais, conforme o Cânon cita a necessidade de coesão entre pessoas, em um dado lugar, e, bem como a comunhão com este e o reconhecimento do próprio lugar como ponto de concentração entre estas pessoas, inclusive a origem da palavra paróquia vem do grego, *paroikía*, que significa o lugar onde há um conjunto de vizinhos. Já na segunda citação do Cânon observemos que é quase inerente a instância *paróquia*, o território. Contudo, pode-se considerar uma produção territorial

como um ato externo, simplesmente determinado pelo poder da Igreja Católica enquanto instituição, mas que é um poder. Aí temos uma das dimensões dele, que já demarcou o território por si só.

Entretanto, procuraremos nos ater a outras dimensionalidades da realização do poder; pensamos que a ideia de bairro rural já é um território com relações de poder que se inserem nas práticas sócio-espaciais cotidianas.

Maria Isaura P. de Queiroz, em sua clássica obra *Bairros Rurais Paulistas*, mostrou-nos muito bem o modo de vida do camponês no interior de São Paulo. Com base em nosso trabalho de campo em vários sítios, pelas entrevistas, o quanto existe nelas que nos levam a considerar que estamos inseridos num *bairro rural*. Muitas destas características significam a territorialidade. A primeira coisa que podemos destacar nesta direção é, o forte reconhecimento do *pertencer* a um território, sentimento de pertencimento. M.I.P. Queiroz p.2-3, 1973, afirma que: “O ‘sentimento de localidade’ constituía elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social”. O ato de *pertencer* denota uma ideia que dissemos anteriormente, quando concordamos com Arednt apud. Souza (2007) em que o poder emana da coletividade e que por ela é compartilhado. Pertencer é fazer parte de algo, estar junto de algo. Se isto é traço marcante dentro de um bairro rural, eis aí uma forma de poder, que se “territorializa” no espaço. Não podemos nos esquecer de que o território também é marcado por relações sociais que se projetam no espaço, sendo construído ao longo do tempo, conforme muitos autores têm registrado. Nice Lecoq Müller, em sua importante obra, *Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo*, também dá uma importante contribuição para o entendimento de bairro rural, pois conforme a autora:

Para o homem do campo “bairro” designa todo e qualquer conjunto de casas suficientemente próxima para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores. Trata-se de uma célula de comunidade social, onde existem certos tipos de parentesco, vizinhança, reforçados freqüentemente pela existência de uma venda, capela ou escola, e cujo raio de ação marca os limites do próprio bairro.

Os laços de parentesco, que aparecem onde o bairro nasceu da subdivisão da terra por herança, não são mais fortes que os de vizinhança. Em ambos notam-se os mesmos traços de solidariedade traduzidos pelo “mutirão” e pelos auxílios mútuos em ocasião de doença, morte, cumprimento de promessa ou casamento. (MÜLLER, 1946, p.176)

O enxerto acima nos mostra características importantes necessárias para a formação do bairro rural, e a vizinhança é condição fundamental, para a existência deste. A partir dela surgem outros determinantes como a religião, a escola etc. O pertencimento também é enfatizado por outros pesquisadores que também se debruçaram acerca do bairro rural, sendo isto lembrado por FERNANDES, L.L. (1971, p.07) como uma expressão bastante difundida na zona rural do Estado de São Paulo, e há como ponto marcante a conexão e laços comuns que determinado grupo apresenta. A coesão presente neste espaço é, para esta mesma autora, o ponto principal que caracteriza o bairro rural. A coesão da qual FERNANDES, L.L. (1971) fala tem como elementos fundamentais o parentesco entre os habitantes, e como isso se desdobra as relações de compadrio. Mas aí devemos expor o papel fundamental da igreja, é um dos principais elementos que dá coesão ao bairro; ela sacramenta, literalmente as relações sociais, por meio de seus ritos e rituais.

O sentimento de localidade do qual falam estes autores é uma manifestação da territorialidade. Esta situação foi percebida em várias conversas com os produtores, de forma implícita. Eis alguns trechos:

Guilherme: *Quanto tempo o senhor tá aqui?*

G.R.: *Aqui, desde que eu nasci. E o pai dela também, mas ela é mais pra baixo na Bocaina.*

Guilherme: *Mas é no eixo da Rodovia dos Agricultores?(no mapa 02 dos anexos está localizada esta rodovia – MMR 347)*

G.R.: *Sim. Engraçado...(risos) não conheço outro lugar, acho que vão me botá no quintal quando esticá as perna...(risos)*

Guilherme: *Quanto tempo que o senhor está aqui neste sítio?*

J. L.: *Neste sítio....faz 44 anos. Fez dia 29 de julho.*

Guilherme: *Desde criança?*

J. L.: *Desde os 4 anos.*

Guilherme: *Aqui já era do pai do senhor?*

J. L.: *Ele comprou e a gente veio para cá.*

Guilherme: *Faz muito tempo que ele está aqui?*

J. L.: *Na região? Desde que ele nasceu.*

Guilherme: *Vocês fossem morar na cidade, onde morariam?*

Risos de todos, a mãe responde.

S. B.: *Se pricisá, vai ser na Santa Cruz(parte urbana da Paróquia que pode ser observada no mapa 01 dos anexos), **mai só se pricisá....***

Guilherme: *Por que lá?*

S. B.: *Por que é ali que a gente, já gosta mais, os parente da gente já mora tudo por aí, meu filho, né.*

E. B.: *Mas a minha mãe é louca pelo sítio.....*

Nestes trechos, como já falamos é demonstrado como se manifesta o sentimento de localidade. No primeiro, com o senhor G. R., que diz não conhecer outro lugar, podendo ser enterrado ali mesmo. A senhora S. B. é enfática ao afirmar que não deseja sair do sítio, a menos por necessidade ou por questões de saúde. E, se fosse para ir para outro lugar, ou seja, a zona urbana, para o Bairro da Santa Cruz(parte urbana da Paróquia, olhar mapa 01 dos anexos). Em todas as entrevistas, ao questionarmos sobre o abandono do sítio, obtivemos respostas muito parecidas. O Bairro da Santa Cruz, na zona urbana, representa uma extensão da zona rural para estas pessoas, pois lá estão os amigos, os parentes e a Igreja principal. Neste bairro da zona urbana de Mogi Mirim, os sítiantes se sentem protegidos, como se estivessem “fora” de seu território. Já ouvimos relatos que nos afirmaram: *A Santa Cruz é o sítio de Mogi*. Novamente na fala do senhor J. L. temos:

Guilherme: *Se fosse para morar na cidade? Para onde iriam?*

J.L.: *Na Santa. Cruz, já tenho até o endereço?*

Guilherme: *Por que o bairro da Santa. Cruz?*

J.L.: *É que as famílias rural daqui da região vão tudo pra Santa. Cruz. A Santa. Cruz é um sítio de Mogi Mirim, um sítio da cidade (risos)*

Guilherme: *Por quê? Talvez pelo fato da Igreja?*

João: *Ah, sei lá...difícil ver alguém desta região que vai para cidade e resolve ir para outro bairro como o centro, o Tucura, Aterrado, etc. Ou vai para a Sta. Cruz, ou para o Nova Sta. Cruz....*

O *pertencer* a um bairro, o *fazer parte de algo*, tem como um dos elementos de coesão à religiosidade. Religiosidade que já foi considerada por nós, anteriormente, como uma manifestação da territorialidade, e coloca-se novamente como tal, porém, com um viés diferente. Trata-se de uma religiosidade mais simples e mais humilde dentro do modo de ser camponês.

Fazendo menção a Maria Isaura Queiroz, baseada em Thales de Azevedo, gostaríamos de enfatizar que para esta autora, há dois tipos de catolicismo no Brasil: o catolicismo formal e o popular. Para ela o catolicismo formal é aquele em que há obediência à hierarquia formal da Igreja, tal como uma prática da fé sistematizada, seguindo estritamente os preceitos de Roma. Já no catolicismo popular, a religião é transmitida pela tradição, a religião pode ter eventualmente uma “função terapêutica”, na qual o apego aos sacramentos está relacionado à proteção contra os possíveis males. Tudo isso acompanhado do sobrenatural. Por meio do pensamento de Thales de Azevedo, a autora expõe em seu texto uma tipologia do catolicismo realizada por ele, sendo que daremos destaque a dois destes tipos, por serem mais pertinentes a nossa pesquisa:

- O catolicismo oficial, que se exprime através de comportamento como a freqüência regular à missa e aos sacramentos, a obediência a hierarquia eclesiástica; (...)
- Catolicismo popular, cujas práticas são o culto dos santos, largamente doméstico, as novenas e as rezas em comum, as peregrinações aos santuários, as promessas etc. sem que tudo isto seja acompanhado de freqüência aos sacramentos nem obediência à hierarquia; (Azevedo apud. Queiroz, 1971, p.163,164)

Em nossas visitas de campo, o que pudemos perceber foi um cruzamento destas duas vertentes. Os sitiantes valorizam exacerbadamente a figura do pároco e lhe prestam certa obediência, revestida de admiração, Mas e acompanhada de características do catolicismo popular. O que se vê em nossa área de estudo é, paradoxalmente, a “institucionalização do catolicismo popular”. As práticas camponesas vão ao encontro do catolicismo popular, mas mantêm o controle sob a jurisdição da Paróquia de Santa Cruz. Houve necessidade de um controle disciplinar destas práticas, sob a responsabilidade do pároco. Por exemplo, ser chamado “mariano”, ou fazer parte da Comunidade de Maria simboliza estatus dentro da comunidade; é possuir vínculo a uma ordem apreciada pela Igreja enquanto instituição. Todavia, inusitadamente se ganha a “fitinha de Maria” que significa bênçãos e proteção. Há outros aspectos de se praticar a fé católica, vejamos algumas falas:

Guilherme: Vocês participam de irmandade?

C.B.: o Sínodo do Santo Antonio, que só tem gente da zona rural. Agora sabe o que o Pe. Milton fez? A gente pagava uma taxa de irmandade, né? E ele veio já num querendo receber a taxa, e falou que irmandade não existe. Porque se eu tenho a intenção de pagar eu tenho que pôr na coleta, mas na coleta a gente já põe, né num sei o que vai virar....

Guilherme: A irmandade é o que na verdade?

C.B.: Um grupo de pessoas que rezam pro santo, mas o sínodo é só da zona rural....

A.B.: O pe. Paiva sempre insistiu, quem é da irmandade, quando alguém falecia, tinha a missa....

C.B.: Missa de corpo-presente, missa de 7º.dia, o pe. Paiva sempre insistiu nisso, mas ele acabou tudo não tem mais nada.

A.B.: A tia Maria da Piteiras (Bairro das Piteiras, ver mapa 02 dos anexos), era uma mulher que se ela num passo santa eu num sei, num celebrou missa pra ela.....

C.B.: Era uma mulher fora do comum?

Guilherme: Tia Maria? Maria de que?

C.B.: Maria Manara....

A.B.: Ela devia celebrar uma missa tranqüilo, o padre novo, missa de corpo presente..... na missa de corpo presente, o corpo vai lá na frente, e depois quando acaba passa tudo despedindo e rezando o terço, era o costume do pe. Paiva, e rezando o terço até por no carro. Você vê que coisa bonita né? Por que esse padre não continua?

Nesta breve fala com dois sitiantes já de idade avançada, há a presença de elementos do catolicismo popular, como o fato de participarem do Sínodo de Santo Antônio, em que destacam o fato de ter como membros somente pessoas da zona rural; a importância que dão para a chamada missa de corpo presente e a despedida que ela possibilita, elementos de respeito e veneração com os mortos, sobretudo no caso de uma líder da comunidade, como é colocado. No entanto, revela um conflito que vem ocorrendo recentemente na comunidade: o pároco mais antigo foi substituído por outro, recém-formado e com ideias novas. Segundo os sitiantes, ele não aprova práticas já enraizadas no modo de suas vidas. Ele não aceita práticas do catolicismo popular. Uma das coisas que reclamaram muito foi a dificuldade que têm tido para realizar as procissões, mas elas ainda ocorrem.

Embora haja estes conflitos envolvendo o novo pároco, a religiosidade é bastante marcante ainda, e, uma religiosidade simples e bastante popular. O Sínodo de Santo Antônio é quase uma regra neste bairro, significa um ponto de coesão entre os membros desta comunidade, e marca este bairro especificamente com característica própria. É uma relação social e que exerce uma territorialidade. A ideia de *geossímbolo* exposta por ROSENDAHL, 2003, torna a religiosidade, territorialidade, segundo esta autora:

A religião só se mantém se sua territorialidade for preservada e, neste sentido, pode-se acrescentar que é pela existência da religião que se cria um território e é pelo território que se fortalecem as experiências religiosas individuais e coletivas. ROSENDAHL, Z, p.195, in; CORRÊA e ROSENDAHL, 2003

Há, portanto, uma territorialidade que é constituída a partir da fé, agregando uma comunidade no espaço, concretizada por um todo um conjunto de práticas do grupo, tanto que conforme a mesma autora:

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território. Sendo assim, a territorialidade engloba, ao mesmo tempo, as

relações que o grupo mantém com o lugar sagrado (fixo) e os itinerários que constituem seu território.(ibden)

Os bairros por onde passamos possuíam sempre uma capelinha ligada à Paróquia de Santa Cruz. Estas capelas seriam a materialização desta territorialidade destes bairros. Para os sitiante são pontos de referência, e as famílias, muitas vezes, são identificadas por esse espaço que a capela “sedia”, como Queiroz, M.I.P.de alegou:

Tradicionalmente, uma capela marcava o núcleo central, e a festa do padroeiro constituía um dos momentos mais importantes de reunião para os componentes dispersos pelas cercanias, - momento em que se afirmava a personalidade do bairro, em relação aos bairros vizinhos. (QUEIROZ, 1973, P.04)

A capela em nossa área de estudo, de fato, funciona desta forma. É lá que os sitiante, compadres e até mesmo parentes de seu entorno se encontram, nas missas, procissões e rezas. Na capela dos Francos, situada no bairro de mesmo nome, (ver mapa 02 dos anexos) podemos notar sua importância no seguinte comentário:

Na nossa, capela de Santo Antônio dos Francos tem festa com quermesse, uma ou duas por ano....,é um momento bem bonito, encontramos quase todo mundo. Aí acontece também do pessoal da comunidade comemorá aniversário, bodas de prata, bodas de ouro.... com missa, o catecismo é semanal, tem novenas..... mas já teve casamento aí na Igreja, já teve visitas de dois bispos, já. Quando era de Campinas* e agora que passou para Amparo** já veio o bispo de Amparo. (C.L. MAR.2008)

O ápice das capelas é justamente a festa do padroeiro, antecipada sempre pela missa e onde é escolhido o novo festeiro, ou seja, quem organizará a próxima festa. O novo festeiro se sente bastante honrado, pois é um momento de troca, é quando se reforça a confiança nos vizinhos. É o momento de retribuir ou pedir ao santo a colheita, e para os vizinhos, o dever

* Refere-se à época que Mogi Mirim pertencia a Arquidiocese de Campinas/SP

** Refere-se agora, nova diocese criada, em 1998, com sede na cidade de Amparo/SP, a partir do desmembramento da Arquidiocese de Campinas/SP

de realizar uma festa bastante *bonita* (sempre as festas são caracterizadas por este adjetivo), como a Festa dos Borges, a Festa dos Francos, a Romaria. A festa tem um papel fundamental na manutenção da territorialidade, dá coesão ao bairro rural e reforça o sentimento de pertencimento. É a festa um elemento também do catolicismo popular, pois simboliza o momento de glorificar o santo padroeiro, que protege, que ajuda a comunidade. A preparação das festas se inicia quase que com um ano de antecedência, quando é escolhido o festeiro. Ele terá um papel de destaque na comunidade, o que não significa que ganha o papel de “chefe”, pois todas as famílias devem ajudar o festeiro, e ele será trocado no próximo ano. As falas abaixo são entrevistas feitas com sítiantes do bairro Capão Grosso (ver mapa 02 dos anexos), que agrega a Comunidade de São Judas Tadeu:

Guilherme: *Tem uma comunidade da Paróquia aqui?*

C.B.: *E aí a vizinhança participa dessa capela, tudo aqui, aqui é a Comunidade São Judas Tadeu.*

Guilherme: *Vocês já foram festeiros?*

C.B: *Nossa Senhora! (risos) É muito pouca família então...passa três ano, no quarto já é a gente. Mas agora a gente já tá velho, né? Esse ano foi Dairso* lá do Capão da Tenda....porque eles tão trocando porque é muito pouca família, e, é que muita gente já foi embora pra cidade. E as crianças casaram, né? Os meus já casaram, só tem casal de velho, bem dizer só casal de velho, então ficou pouca gente, pra manter a festa. Porque dá trabalho, então esse ano o festeiro foi meu neto, que é de outra comunidade.*

Guilherme: *O festeiro é escolhido como? Quem mora perto?*

C.B: *Um tempo era só do bairro, agora não , já abriu. Que nem eu pego da Piteiras, da Bocaina, porque se eu deixar aqui...é muita pouca gente. Então o*

* Dailson é o neto da mulher que deu o depoimento, embora morando em outro bairro pode se tornar festeiro em função laço de parentesco.

Festeiro é eu com o Agostinho, é a mulher com o Paulinho, e mais um que é o Capitão do Mato, que é quem cuida dos fogos.... então é três famílias, como aqui o bairro tem 12 família, vira, vira, vira e é sempre os mesmo, então já pega os festeiros aqui que já tem terra como herança...então pega essa rapaziada mais nova....

Guilherme: *A função do festeiro é organizar a festa?*

A.B.: *É organizar a festa...ele que vai atrás de tudo, acerta tudo, na segunda feira vai pagar tudo.*

Guilherme: *Tem alguma bênção especial para os festeiros?*

A.B.: *Tem o padre celebra pros festeiros, tem esse costume sim. Tem a procissão depois.....*

Notamos que o festeiro é escolhido entre as famílias que moram no entorno da capela, ou seja, no bairro, geralmente é feito um rodízio entre as famílias, e privilegia-se um casal para tal função. A honra de ser festeiro se foca no fato de estar prestando um serviço ao santo como também de ter uma missa celebrada em intenção a eles e a suas famílias. Mesmo quando ocorre a impossibilidade de um casal ou família ser festeiro, ocorre de um outro membro da família assumir esta função, como um neto, cunhado etc. Mesmo morando em outro bairro, isso só é possível graças ao grau de parentesco que existe. Isso reforça um dos papéis importantes da festa, a sociabilização. A festa está inserida no *ethos* do camponês, e, é o que possibilita a ampliação e manutenção da convivência. Concordamos com Nascimento, p.04:

A festa constrói uma rede de sociabilidade que dialoga com diferentes dimensões do cotidiano, inclusive o trabalho, sintetiza, rearranja e intensifica as relações na esfera das relações de gênero, da família, da vizinhança(...)

Tal sociabilidade começa na missa, onde todos os membros da comunidade se encontram, na preparação, na organização das barracas, na

escolha de determinadas funções, como por exemplo, as mulheres se encarregam da cozinha, os homens ficam no serviço mais pesado etc. Todas as famílias se reúnem para a preparação da festa que, em si já é uma festa. Algo importante relacionado às festas nas comunidades visitadas por nós, é que, servindo como o lugar do encontro, são elas os locais onde surgiram a maioria dos namoros entre os sitiantes que por fim resultam em casamento. As relações de parentesco fortificadas e edificadas por meio desta prática sócio-espacial, podemos observar nos depoimentos:

Eu sou Cruz*, a mãe do Rafael é Sanvido*, a Sandra morava lá do outro lado do rio. Eu morava lá no outro lado. Conheci meu marido numa festa....ah é nas festas, que a gente começa a namorar, eu comecei a namorar o meu marido aqui nesta festa dos Francos, vc como é as coisas....(C.C.B.jun.2008)

Outro exemplo relacionado a esta sociabilidade, construída por meio das festas e da religião:

O meu pai começou a namorar na festa da Pederneiras... e os pais deles também já eram amigos desde crianças, porque, a minha vó por parte de mãe fazia catecismo junto com o meu avô por parte de pai, eles moravam numa casa perto. Eles eram crianças brincava junto, e aí acabou o catecismo, meu vô cresceu casou e ficou e minha vó cresceu e foi prum outro bairro longe, lá (Pederneiras – ver mapa 02 nos anexos). Aí meu pai começou a namorar a minha mãe, e, ele não sabia ainda que um era filho do outro. Aí quando casou que descobriu....(R.L.ago.2008)

O que motiva tudo isso além da fé, é a confraternização que lhes é possibilitada. Assim, a capela traz uma função essencial por materializar a territorialidade, e também sua dimensão imaterial. Colhemos um depoimento muito interessante de dois jovens do bairro dos Francos, em um de nossos trabalhos de campo, em conjunto com nosso grupo de estudo:

* Ambas famílias da zona rural;

Guilherme: *Em relação à história da capela dos Francos, quais são as famílias que concentram mais aqui?*

T.L.: *Leonello, Boveloni, Avancini e tem um pouco de Rossatto, né?*

C.L.: *Tem os Benatti....*

T.L.: *É um pouco de Benatti, porque a maioria se concentra lá pro “fundinho” pra outra igreja, essa Igreja é um pólo destas famílias.*

Guilherme: *Este bairro se chama dos Francos, pois há muito tempo atrás as terras eram dos Francos, e somente depois é que veio estas famílias italianas pra cá, e a Capela ficou dos Bairros do Francos.*

T.L.: *Às vezes vem gente de outras capelas, como famílias de outras “regiões” mas somente em festas que abrangem a paróquia toda, quando é algo mais comemorativo.*

R.L.: *Capela, sempre o nosso bairro, a capela sempre existiu, porque aqui no nosso bairro, hoje, os Francos e Borges e um pouco do outro bairro era uma fazenda do Toninho Franco, tinha aquela igreja de fazenda, de sempre. E ele começou com a tradição de Santo Antonio, foi fazendo reza....porque quase todas as capela de gente italiana é de Santo Antonio. E fez uma capela aqui, outra lá. E a capelinha, sempre foi um lugar onde as famílias do bairro se reuniam, seja na novena de Natal, na quermesse, nas festas, nas rezas, e aí foi indo, foi indo..... E até hoje a capela é o centro do bairro, onde as famílias se encontram. Como a Paróquia lá na Santa Cruz é o centro de todas as capelas. Então qualquer coisa que acontece todas as capelas se reúnem lá. Às vezes, ocorre de se reunirem em uma capela na zona rural todas as outras comunidades. São 25 comunidades.*

Bernadete: *Uma comunidade em média tem quantas famílias existem?*

R.L: *Tem comunidade com mais de 100 famílias, às vezes, a gente tem 30, mas tem comunidade que fechou, porque, era de 2 famílias, e uma mudou pra cidade, e aí uma foi englobando a outra. Aqui tem 30 mas todos estas trinta estão divididas em poucos sobrenomes: Boveloni, Benatti, Rossato, Avancini....geralmente é por grupo; o grupo lá de vai cima é os Avancini, no meio é Leonello, aqui é Boveloni, e lá em baixo é Benatti, Rossato, Scapin, então cada grupo de casa é um tipo de sobrenome.*

Aqui se encontram alguns elementos que permitem a formação de um bairro rural, ou seja, a religião, as relações de parentesco, pois notamos o fato de famílias se reunirem por meio da capela, ter sua prática religiosa embasada nas tradições, como a questão do culto a Santo Antonio, fruto de origem italiana; as festas novamente gerando a sociabilização. E tudo isso construído ao longo do tempo, vale lembrar que os territórios são produtos de relações sociais como estas, por meio de um processo histórico.



Foto: Castro/ Rodrigues jan.2008

Capela: materialização da territorialidade



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Altar da Capela de Santo Antonio nos Francos



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Verso da Imagem de N.S.Aparecida na Capela dos Francos, a doação foi feita por um família que pertence ao bairro



Foto:Castro/Rodrigues abr.2008

Santo Antônio – Padroeiro dos Francos



Foto: Guilherme C. Rodrigues abr.2008

As “Sete Placas da Perneiras” para localização dos sítios – sempre nome de santos



Foto: Manera, R. disponível em panoramio.com

Matriz de Santa Cruz, sede da Paróquia na zona urbana

A religião aprofunda estas relações, ou melhor, as “sacramenta”, quando nos remetemos ao compadrio. Novos laços são construídos, num primeiro momento, a vizinhança pode ser vista como quem mora perto da capela. Mas há o ato de participar dela, pertencer àquela capela e, desta forma, laços de amizade, de vizinhança são criados. Porém, o compadrio é uma aliança feita por meio do batismo, da crisma ou casamentos. Em Woortmann, E.F. (1995,p63-64), encontramos uma análise de outros autores acerca da relação de compadrio. Nela podemos verificar o compadrio enquanto uma forma de ampliar as relações de parentesco, a construção de um parentesco fictício, que é selado dentro dos rituais da Igreja.

Tornar-se compadre de alguém, dentro do que podemos verificar, é motivo de se sentir responsável pelo afilhado, ajudá-lo no que necessita e também ser ajudado por ele. Ou seja, é constituído um forte vínculo entre famílias, entretanto em nosso caso, estas famílias têm um parentesco – consangüíneo – bem distante, às vezes são filhos de primos, de primeiro, segundo graus etc. E quando são escolhidos para padrinho, muitas vezes é por

esse motivo. Com isso, as relações de parentesco aparecem imbricadas nas relações de compadrio, que por sua vez estão imbricadas nas relações de vizinhança. Formando, então uma teia de relações complexas dentro da estrutura do bairro. E é justamente esta teia que forma o significado do bairro; ele se torna o sinônimo das famílias. Quando isto ocorre, temos aí outro forte construto territorial, uma vez que é constituído e engessado cada vez mais pelas relações de identidade, e tais identidades respondem pelo que faz o bairro rural ser bairro rural. Ou seja, estas identidades fazem o bairro rural e o bairro rural, enquanto unidade territorial, é feito por meio destas identidades.

Percorrendo diferentes bairros e quando falávamos informalmente das famílias que visitávamos, ouvíamos: *os Leonello dos Francos; o Salani da Bocaina, os Moreno do Paiol de Telhas*. Nestas falas podemos perceber que a identidade do bairro é corporificada nas famílias. Para termos um exemplo, segue um trecho da conversa com Sra. Júlia e sr. Titi Bonatti:

Guilherme: *A senhora sabe de qual família é sua mãe?*

J.B.: *É Guarnieri, Filomena Guarnieri... lá do Sobradinho, sabe?*

Guilherme: *Vocês moram neste lugar (bairro da Ponte Alta) há quanto tempo?*

J.B.: *Olha eu já tô casada....*

T.B.: *Na Revolução de 32, eu já morava aqui, eu tinha sete ano, eu nasci por esses arto aí num sei onde...*

J.B.: *Ali pó Poletini... do Tanquinho.... perto aqui de casa.....*

Quando *J.B.* menciona nomes de famílias (Guarnieri e Poletini) cita também o bairro nos quais estas pertencem e moram. A ocupação das famílias em determinados bairros teve lugar na primeira metade do século XX. Este ponto de identidade, assim, é um construto do tempo. Em nosso trabalho de campo verificamos que as famílias se distribuem da seguinte forma pelos bairros, determinando relações intrínsecas entre a terra e a descendência:

- ✓ **Vatinga** → Simoso, Moreno, Poletini, Biazotto;
- ✓ **Tanquinho** → Biazotto;
- ✓ **Francos** → Boveloni, Leonello, Avancini;
- ✓ **Bocaina** → Bernardi; Benatti, Bruno, Rossato, Rosseto
- ✓ **Piteiras** → Manara, Donegá; Bordignon
- ✓ **Pederneiras** → Tarossi, Tagliaferro, Bordignon;
- ✓ **Borges** → Rossi, Percebon
- ✓ **Sobradinho** → Guarnieri;
- ✓ **Gabrielzinho** → Tagliari;
- ✓ **Paio de Telhas** → Moreno, Davoli, Poletini;
- ✓ **São João da Glória** → Lanza, Guerra;
- ✓ **Boa Vista** → Guerra, Sanvido, Artioli;

Temos um longo depoimento, fruto de um trabalho de campo realizado por nós em março de 2009. Nessa ocasião, conversamos com um casal de sitiantes já idosos, e a fala de ambos exemplifica as questões tratadas acima. O trabalho de campo foi nos Bairros das Piteiras e Capão Grosso:

Guilherme: *Vocês têm afilhados?*

C.B.: *Ih nem sei conta, num mês só eu já batizei 4 tivemos que dividir o domingo....*

Guilherme: *Quando se pede pra batizar, crismar....era uma honra pra vocês?*

C.B.: *Nossa....uma alegria, muita.*

Guilherme: *Quem são essas pessoas?*

C.B.: *Amigo, parente, sobrinhada, gente do bairro. Gente da Piteiras e Capão Grosso.*

A.B.: Mas aí também, Piteira e Capão Grosso é uma família só. (risos)

Guilherme: Mas no Capão grosso mora quem?

C.B.: Os Manara, a maior parte os Manara, porque quando a minha mãe recebeu a herança, era tudo dos Manara, daqui até o Posto São José*, tudo dos meus avós. Então eles eram em 12 irmãos, então ficou tudo pro meu pai, pros meu tio tudo Manara....

Guilherme: Então o Toninho Manara era parente da senhora?

C.B.: O Toninho é primo legítimo, o Santo, o Ênio...tudo primo...

A.B.: Tem Manara que dá até medo, só o véio que é bisavô dela tava com mais de 200 alqueire aqui....

Guilherme: Vieram da Itália?

C.B.: Veio da Itália meu bisavô, até o posto era nosso. É porque o meu pai, quando ele morreu eu tinha 6 ano, a não ser minhas irmã que era mais pequena, então tinha uma irmã que tinha seis meses. Então minha mãe ficou viúva nova. As terra que pertencia aos herdeiro era no Posto São José, nas barraca aí na pista, trabalha o meu filho. Então ali pertencia....nós herdeiro pegamos 32 alqueires.... tudo era dos herdeiros, depois quando tivemos idade, casamo tudo mundo então minha mãe deu a parte, teve gente que vendeu lá e então comprou terra vermelha aqui perto dos Moreno, aí vendeu 33 e comprou 56, nessa época que todo mundo caso então repartiu tudo. Teve gente que comprou casa na cidade..... e aí vai.

Guilherme: Então o pai da senhora, é irmão do pai do Toninho Manara?

C.B.: É.... Toninho Manara, João Manara.....

* Este Posto de Gasolina se situa às margens da Rodovia SP 340, que liga Mogi Mirim a Campinas;

Guilherme: Então o pai da senhora é herdeiro desse homem que tinha 200 alqueires?

C.B.: É, o José Manara, que é avô meu, era pai do meu pai, do pai Toninho, do marido da Tia Maria, essa que eu falei...que morreu. Mas tudo mundo já morreu....

A.B.: Ah é, era grande a família.

Guilherme: Tinha muito filho para ajudar a trabalhar na terra?

A.B.: Ah é, ele mexia com café aquela época. Depois que morreu o velho aí acabou o café....

C.B.: Depois nós dividimos entre nós que ficamos herdeira, porque depois o meu pai morreu.... nós tinha parte. Porque vendeu mesmo o casarão, faz uns 10 anos..... ali no casarão das piteira era todo meus tio a maior parte homem, e tinha as nora, eram 5 nora, dentro de 2 meses todas elas tiveram nenê, minha mãe contava, com nenê novo que chorava de noite, então naquela época os filho casava e trazia as mulher pra morar junto, então ali, como tinha 22 cômodo, então morava todo ali, ninguém tinha casa, conforme casava.....a minha mãe conta sempre nunca brigava....

A.B.: É morava junto naquele tempo, então tinha fábrica de mandioca, tinha fábrica de café.... pegava café, tinha um barracão enorme, lá do lado do casarão.

Guilherme: E a venda de Piteiras?

C.B.: Era do outro tio, na época....o tio Daniel Manara já pegou pra toca a venda, porque casou com mulher da cidade e então preferia comércio, já casou com cidade, minha mãe morava na santa cruz nessa época, aí veio pro sítio. A única casa da santa cruz. Aí casou e repartiu tudo. Aí meus avó foro pra rua

13*, sempre moraram na rua 13. o tio João Manara, que é o pai do Toninho veio morar aqui no Toninho mesmo, que é uma casa grande.... e o meu pai ficou nas Piteira, o tio Antonio que é marido da tia Maria que morreu agora faz pouco tempo mora nas Piteira, ali onde tem um Cristo no muro, naquela casa ali.

Guilherme: Mas no casarão morava a família inteira?

C.B.: Morava, mas depois que dividiu tudo, acharam melhor que o casarão ficasse pra minha mãe e pro meu tio Toninho, depois que pegaram tudo, ficou nessa casa a minha mãe o tio Tóni muitos anos, e depois o meu tio Tóni foi pra lá toca a fábrica de mandioca, tinha uma escola grande encostada na fábrica. E foi assim, dividiu tudo, morreu tudo, acabou tudo.

Guilherme: Hoje são os netos?

C.B.: Hoje são os neto....mas tudo continua com um pedaço de terra, ta o Toninho, ta o Eugenio, está o João Manara....tudo como um pouquinho de terra....

A.B.: Os véio tinha fazenda, agora esses aí tem uma horta (risos). Agora com os filhos não tem nem jeito de repartir, tem que vender, pra um irmão sei lá.....

Analisando estas falas, podemos concluir pontos relevantes para a nossa discussão. Primeiramente coisa é a origem destes bairros rurais e o primeiro passo para a construção territorial. Ainda no começo do século XX tratava-se de uma área ocupada por grandes fazendas de café. Neste caso, a formação territorial ainda era outra, a territorialidade se manifestava por meio da exploração capitalista da terra, era condicionada ao mercado externo, haja vista a produção/exportação de café, em que o poder econômico e político dos grandes produtores desta planta se misturavam e dava o tom na formação

* Rua Treze de Maio uma das ruas que liga o centro da cidade ao Bairro da Santa Cruz;

social. A chegada das famílias italianas significa que será produzido um novo território. Notamos que um casal dará origem a toda uma família que ocupará um bairro somente, e, na verdade, este bairro era toda a fazenda ocupada pelo casal original. Num primeiro momento, não se trata de uma família dita *nuclear*, a qual BURKE, P.2007, P.84 considera característica da sociedade industrial. Há uma estrutura familiar de certa forma extensa, onde a maioria dos filhos continua residindo na casa dos pais. A grande propriedade rural é retaliada em função da herança; vejamos que com isso já ocorre uma “fragmentação territorial”. O poder antes centralizado na figura do pai se divide entre os filhos, que continuam sendo todos da mesma origem familiar. Dessa forma, a territorialidade se alimenta pelos laços de parentesco e de compadrio, já que, na fala fica bem claro que os batismos, crismas etc. são todos de *sobrinhada e gente do bairro*. Temos aqui o catolicismo fazendo cimentando ainda mais estas relações. Um ponto que gostaríamos de ressaltar aqui é a venda, que um tio da senhora que nos forneceu este depoimento resolve administrá-la, já que sua mulher viera da cidade e então preferia atividades comerciais. A venda, conforme FERNANDES, L.L. 1971, p.22 entra como um dos elementos de coesão do bairro:

A função das vendas, como “centros sociais” da comunidade, transparece especialmente aos domingos e dias feriados, quando conhecem uma animação especial, pois se tornam o centro de reuniões, devido às funções paralelas a do abastecimento, como seja o bar e o salão de festas. (FERNANDES, L.L. 1971, p.24)

Depois da capela, a venda, em alguns bairros, assume a função de “centro territorial” e não só social como fala a autora. Estes elementos imateriais, parentesco e compadrio dão, portanto, uma das dimensões territoriais que transformam o bairro rural em um território. Quando o senhor A.B. afirma que as Piteiras e o Capão Grosso constituem uma família só, há embutido nesta fala que o território é produzido pelas relações familiares e todas as suas derivações, da mesma forma que é o território que possibilita a manutenção destas mesmas relações. Todavia pensamos importante salientar que este foi um exemplo para elucidar tal questão. Em nossos trabalhos de

campo, comprovamos que a formação dos bairros rurais e sua configuração, enquanto um território, são ou iguais ou muito semelhantes à das Piteiras e Capão Grosso.

Deixar o bairro, em sua maioria, pode suceder de duas formas: mudar-se para a cidade, mais comum quando é a família toda ou filhos; ou casamento, sempre por parte da mulher. As mulheres nunca são do mesmo bairro que os maridos, e sim de outros bairros, já que os casamentos, quase sempre, acontecem entre estas famílias. As mulheres desempenham o papel de “verdadeiros bens” que circulam entre as famílias e os casamentos dão preferência às famílias de bairros que requerem mulheres de fora. Normalmente, elas deixam seu bairro quando se casam, pois é o homem que deve trabalhar na roça. Novamente, iremos expor uma conversa informal com uma mulher sitiante:

As minhas filhas não precisa estudá, qué dizê, a gente qué que termine a escola toda. Mas quem a gente faiz gosto mesmo é do meu sobrinho, ele precisa levá bem a sério....é ele que vai tocá o sítio.(A.S. fev.2008)

Este trecho nos confirma que no bairro rural a tendência é de que o homem sempre permaneça na terra, e no mesmo lugar, o que, de certa forma, perpetua a relação família-bairro, ou, *aquele bairro é aquela família*. Constrói-se no bairro a memória da família. E, pensamos que a memória é uma das territorialidades que fazem deste espaço um território específico. Conforme, Santos, 2002,p.330, existe uma relação dialética entre a memória e o espaço. Retomando a ideia de considerar o território, enquanto relações sociais que se projetam no espaço, a memória não fogem disso. Uma outra sitiante, já idosa, em um de seus depoimentos expressa isso muito bem:

Uma da coisas, das lembranças que mais marcaram aqui no sítio, eu via que meu vô, ele tinha uma ligaçón muito forte com o as pessoas que precisavam conviver por causa do sítio. O pai do Zé Benacio*, eles vinha daqui, que o sítio era deles aí, né? Eles passava de a pé aqui com uma guarda-

* pessoas que conhecia há muito tempo, já falecidas, a emoção de relembra-las, não nos permitiu questionarmos mais sobre elas

chuvinha cada um, até agora que eu vô lá que eu vejo o Zé Português⁷ passa, ele com o pai dele trabaíá. Eles dois.... eles passava com uma guarda-chuvinha... tinha um pau no meio do rio. Eles passava no meio do rio... tudo dia, ia e vortava os dois. (*choro*)(J.B. mar.2008)

Esta fala faz uma síntese desta lógica do bairro rural, do pertencimento, da produção do território. Nela estão demonstrados elementos como a vizinhança, as relações de parentesco, a apropriação dos elementos da natureza ao dar-lhe uma significância, o tempo que se faz, dialeticamente, no presente e na memória destes camponeses.

Nos diversos trabalhos que se tem sobre bairros rurais, inclusive textos estrangeiros, há sempre a condição fundamental para a existência deles o forte sentimento de grupo, FERNANDES,L.L.(1971), inclusive fala que isto é o grande denominador comum do bairro. Com isto advêm outros fatores que dão esta coesão, como a religião, no nosso caso que se manifesta pelas capelas, algo demonstrado no mapa 01 dos anexos, as vendas, etc. Formas espaciais que ganham significância pelas relações sociais que são produzidas no interior dos bairros rurais. Tais elementos permaneceram ao longo do tempo e atravessaram o processo de modernização do Brasil (algo que trataremos no próximo capítulo), todavia, ainda se fazem presentes no cotidiano dos bairros. Mas não significa são locais isolados, e alheios a tal processo de modernização.

Pensando o bairro como uma unidade territorial, cuja identidade territorial se manifesta dialeticamente no espaço e faz deste espaço um território. Estes bairros nada mais são, portanto, do que o lócus onde o camponês realiza sua prática social, que envolve não só a renda pré-capitalista da terra, como também, são nestes lugares que se manifestam as sua ordem moral, tão bem tratada por Klass Woortemann. As suas práticas sócio-territoriais estão presentes nas suas relações de parentesco que se afunilam de modo a sobreviver dentro de uma economia moderna e capitalista. No compadrio, tão valorizado, pois é diretamente relacionado a sua prática religiosa; na ajuda mútua, ou seja, na troca de dias no trabalho que demonstra os vínculos entre os vizinhos.

Capítulo 03 – BAIROS RURAIS NA INTERFACE COM A MODERNIZAÇÃO

O bairro rural com já comentamos no capítulo anterior não é anômalo diante de da atual configuração social e econômica brasileira e mundial. Portanto, o bairro não é um objeto isolado do mundo. Realmente, a zona rural está inserida em um contexto social e econômico muito maior, o que quer dizer estar conjugada em temporalidades das mais diversas. Esta é uma questão que vai ao encontro da ideia de território multiescalar e multitemporal da qual fala Saquet e que já mencionamos no capítulo anterior. Consideramos necessário, de modo a entender o entrosamento entre o bairro rural e a modernização, recorrer ao pensamento de Henri Léfèbvre. Este pensador, pautado em Marx, considera levar em conta a questão do *espaço social*, não sendo este uma coisa entre outras coisas, ou um produto entre outros produtos. Trata-se de um série de operações que são reais, ou seja, implica diversas variáveis (LÉFÈBVRE,2000,p.88), sendo o espaço um construto que abarca a ideia da produção e reprodução num constante movimento dialético. Sendo por isso, o autor afirma:

Il n' y a pas *un* espace social, mais plusieurs espaces sociaux, et même une multiplicité indéfinie dont le terme « espace social » dénote l'ensemble non-dénombrable . aucun espace ne disparaît pas , au cours de la croissance et du développement. *Le mondial n'abolit pas le local.* (LÉFÈBVRE, 2000, p.103, grifo autor)

Considerando a existência de múltiplos espaços, conseguimos afirmar que esta multiplicidade se dá em função das múltiplas temporalidades, bastante explícita na citação acima, quando o mundial não elimina o local. Isso só é possível graças a uma convergência de tempos sobre os espaços, o que Léfèbvre chama de redes, ou seja, existe uma convergência de redes, que são superpostas através dos tempos, e, para o autor tal superposição se manifesta em escala local, regional, global. Para Léfèbvre: Les espaces sociaux se compénètrent et/ou se superposent. (ibden, 104). Dessa maneira, há uma articulação entre os espaços, mesmo eles sendo produzidos ao longo dos tempos ou em tempos diferentes ou então com temporalidades diversas.

Podem se justapor, interpor-se, sobrepor-se e, até mesmo se chocarem, denotando que esta produção pode ser conflituosa, como já afirmamos. Para este autor cada fragmento do espaço social guarda muitos papéis a serem descobertos. Isto é muito importante ao procurar entender como se manifestam os bairros rurais que estamos estudando diante da modernização capitalista, que agora se apresenta com a roupagem da globalização. Ainda em Léfèbvre:

L'histoire de l'espace mènerait du temps où cesse la prédominance de l'antropologique jusqu'au temps oùs comence expressément la production de l'espace comme produit industriel : où le reproductible, la répétition et la reproduction des rapports sociaux, l'emportent délibérément sur l'oeuvre, sur la reproduction naturelle, su la nature elle-même et le temps naturels. (LÉFÈBVRE, 2000,p.142)

Com isso, o autor quer dizer que o tempo e, portanto, o espaço passam a obedecer a lógica da indústria. Este ponto de vista nos leva a procurar entender como se comportam nossas comunidades diante desta realidade, que é verdadeira em nossa sociedade. O tempo é medido e determinado pelo dinheiro – *time is money*.

De forma geral, a construção das temporalidades e espacialidades estão condicionadas às relações estabelecidas pelos grupos sociais. Nesta discussão, estamos de acordo com NICOLAS, D.H.2007, quando diz existirem diversas representações sociais de tempo, e que os grupos sociais criam e/ou imaginam seus mecanismo de fluir o tempo. Dentre os recortes de tempo que este autor adota, gostaríamos de dar maior ênfase a:

- ✓ Espaço-tempo circular, ou seja, o tempo das sociedades tradicionais, em que impera a permanência da repetição, as transformações são mais lentas, as estações do ano, as festas religiosas ganham grande importância na demarcação deste tempo;
- ✓ Espaço-tempo linear, que é embutido na cultura ocidental, constituído a partir da Revolução Industrial, a cultura ocidental o cimentou, é o tempo do fordismo, onde se obedece à lógica industrial e não respeita os “relógios próprios”. Conforme o autor: El tiempo es visto como un

soporte de una avanzada, un progreso, una acumulación en términos marxistas. (NICOLAS, 2007, p. 53)

- ✓ Espaço-tempo pós-fordista (pós-moderno), em que predominam a simultaneidade do tempo e espaço, ou em termos mais radicais, a total “redução do tempo linear”;

Dentro da realidade do sitiante, presente em nosso objeto de pesquisa deve-se considerar que ocorre uma conjunção, logicamente conflituosa entre as relações de espaço-tempo acima mencionadas. O campesinato, inserido dentro do capitalismo moderno, vê-se forçado a participar das condições de produção que por ele são criadas. Milton Santos chama a atenção para a existência de um tempo universal, que valoriza diferentemente os espaços, conforme a lógica de atores hegemônicos econômicos, políticos e culturais (1997, p.46). Para este autor, existe um conflito dos tempos dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos ou não hegemonizados. (ibdem). Essa forma de conflito é bastante presente em nossa área. É oportuno, então, chamarmos a atenção para as temporalidades por onde se desenrola a vida. Consideramos necessário as palavras de Martins, J.S. (2008,P.99-100):

Na realidade coexistem relações sociais que têm duas datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas.

Para Santos (2002), trata-se de uma *geografia dos fluxos que depende da geografia dos fixos* (grifo nosso), o que quer dizer: a presença no espaço das horizontalidades que convivem paralelamente com as verticalidades, conforme suas palavras:

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas e instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas, modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos, não raro distantes. São os vetores da

integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. (SANTOS, 1997,p. 54).

Uma das grandes conseqüências da Revolução Industrial foi a alteração no tempo; o tempo já não é mais o das estações do ano, o tempo cíclico das festas. O tempo torna-se o do relógio, tempo da produção. O nascimento de uma sociedade industrial representa a domesticação do tempo, que justifica a ideia de Léfèbvre do tempo se medido pelo dinheiro. A domesticação do tempo torna o espaço produto de um modo de produção – sistema capitalista – aí se assenta uma grande contradição. Para Thompson existe a possibilidade de múltiplas temporalidades, o da casa, da rua, da fábrica etc. São estas múltiplas temporalidades que dão as múltiplas espacialidades e, portanto, territorialidades. O próprio Thompson (1998,23) nos diz que não retornaremos a uma realidade pré-capitalista, mas há no humano diversos códigos e expectativas que abrem margem para diversas possibilidades. Isso casa com a relevância de BURKE,P. (2007, p.58) dá para a história num plano microscópio. Se nos preocupamos com esta possibilidade, podemos analisar as diversas situações que a realidade nos apresenta. Isolar o camponês num modelo ideal, longe de um pano de fundo capitalista tornaria nossa análise quase que inválida. A grande questão é como o camponês se comporta nesta realidade multifacetada?

O mergulho do Brasil, num capitalismo monopolista e moderno, impôs ao nosso caso estas relações sociais em descompasso e desencontro. Os sítiantes em questão passam a conviver com duas racionalidades, a tradicional e do capital. A entrada do Brasil no chamado capitalismo monopolista era vista como uma forma de superação do chamado subdesenvolvimento. Como nos lembra (FURTADO,C.,1992,p.39-40), a assimilação de novas técnicas possibilita o aumento da produtividade, o que não necessariamente garantiria desenvolvimento social. O progresso técnico, que constrói o sistema centro-periferia, significou o advento de novos modelos produtivos, bem como novos produtos que permitiam a chegada da civilização industrial, relevando que o pano de fundo seria a criação de novas formas de acumulação de capital no Brasil. Logicamente, tais transformações têm impacto direto no modo de vida da população, conforme o autor:

Trata-se da difusão de valores que tendem a universalizar-se. Para ter acesso a bens em permanente renovação – as formas superiores de bem estar social – ,impõem-se galgar níveis mais altos de produtividade. Ora, se pensarmos em termos de uma economia isolada, esses níveis superiores não podem ser se não fruto de assimilação ou difusão de técnicas mais eficazes. (FURTADO, 1992,p.40)

Dessa maneira, o Brasil deve passar por transformações, em que uma de suas materializações é a assimilação de novas técnicas que garantem o aumento da produção e modernização do modo de produção capitalista brasileiro. A industrialização, portanto, entra como pedra angular para esta “recriação” econômica brasileira, caminhando para a modernidade. Os anos 30 dão início à sedimentação de tal processo, haja vista a crise de Nova York. O Brasil passa a necessitar de uma expansão de seu sistema capitalista, algo criticado por Oliveira,F. (2008,p.32), já que para ele, ficava implícito na ideia de subdesenvolvimento, o que era tido como “economia pré-capitalista”. A suposta modernização , sobretudo na América Latina, foi constituída com a expansão do capitalismo mundial monopolista, mas que na realidade significou o engessamento das relações centro-periferia, o que muitos chamaram de “modo de produção do subdesenvolvimento”. As transformações eram econômicas, mas não necessariamente históricas, que recriaram o modelo social desigualitário que o Brasil sempre possuiu. Desenvolvimento era algo visto com as lentes externas, não levando em consideração a luta de classes internas.

Os anos 30 demarcam o início do fim do Brasil, enquanto uma economia agrário-exportadora, e o princípio da consolidação de uma estrutura produtiva urbano-industrial. Para que estas mudanças sejam possíveis, OLIVEIRA,F. (2008, p.35) coloca que:

É crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho estatal, a regulamentação de fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão de atividades ligadas ao mercado interno.

O que são a destruição e a criação das quais o autor menciona? Além de elevar os custos fiscais com o então nosso principal produto de exportação – o café, o mais importante foi a criação de uma legislação trabalhista que forçasse a saída da população do campo para as cidades, que começam a crescer. Dessa forma, gestava-se um mercado consumidor para a indústria nascente. Devemos destacar o papel do salário mínimo que, num primeiro momento servia como um meio de garantir condições físicas e psíquicas, ou seja, supria as necessidades básicas para o trabalho pesado. A legislação trabalhista significou uma padronização nas condições de todas as categorias. Para o industrial era possível realizar um cálculo de gastos em longo prazo; para o autor, tal padronização livrou o empresariado de uma concorrência livre, em que a disputa pela mão-de-obra se tornaria mais acirrada. A mão do Estado também trabalhou para que o salário mínimo nas cidades fosse maior do que no campo, uma maneira de “forçar” o êxodo rural.

É imprescindível mencionar o papel que a agricultura assume neste momento, não mais como fonte de geração de receita, de modo a permitir que o Brasil adquirisse bens de consumo, pois estes deveriam agora ser aqui produzidos. Mas como forma de suprir a importação de bens de capital para a indústria nascente, enfim, aquele jogo de exportação e importação ainda continuaria. Conduto, gostaríamos de dar um dos grandes destaque que a agricultura assume, conforme OLIVEIRA,F. (2008,p.42):

De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do “exército de reserva”. (grifo nosso)

A grande nova função da agricultura começa a se basear num mercado consumidor agora urbano. Neste mercado consumidor, ressaltamos não só a produção de alimentos como também a produção de matéria prima para as

indústrias, já que a criação deste novo mercado urbano provoca uma alteração no modo de vida da população brasileira. Sendo o excedente de mão-de-obra bem como a existência de enormes quantidades de terra absorvidos pelo Estado, na construção da infra-estrutura necessária para a industrialização, consideramos ser relevante citar novamente OLIVEIRA, F. (2008, p.43) de modo a elucidar melhor uma das consequências para o campesinato, em meio a esta industrialização-urbanização.

O conceito tomado, de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da chamada agricultura de subsistência para a agricultura comercial de exploração –, mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. (grifo autor)

Assim, a terra deve conter de fato a função de abastecimento da massa urbana que começa a surgir. Ao mudar a direção de sua economia (agrário-exportadora para urbano-industrial), o Brasil redesenha suas relações sócio-territoriais internas. O advento da industrialização, por meio de grandes empresas multinacionais, provoca uma urbanização acelerada, estimulada pelo êxodo rural. Ao nascer uma sociedade industrial no Brasil, há uma mudança nos hábitos de consumo dos brasileiros.

O processo industrial exige uma produção em massa, para atender a este consumo em massa. Com isso, o campo deve se adaptar, de modo a fornecer a matéria-prima necessária para a indústria. Para Oliveira, A.U, 1991 o campo brasileiro acompanha a lógica da dívida externa, (hoje supostamente paga), pois se necessitava produzir em massa, de forma a produzir *comodities*, o Brasil conseguiria uma balança comercial superavitária, favorecendo o pagamento dos juros.

Outro aspecto desta modernização foi a introdução de máquinas como roçadeiras, tratores, colhedoras etc. no campo, além dos fertilizantes e agrotóxicos. A agricultura, praticamente, não consegue sobreviver sem estes fatores. Não sendo diferente em nosso objeto a influência destas variáveis. Concordando com OLIVEIRA, A.U. 1999, o território passa a funcionar como

uma síntese dialética, como uma totalidade concreta de produção/distribuição/circulação/consumo. Nessa contradição, a produção segue a lógica da reprodução ampliada de capital, em que sua mundialização é o que gera formações desiguais e contraditórias. A industrialização chega ao campo, que deve ter sua produção acompanhada a da grande indústria, para abastecer os grandes mercados consumidores existentes, agora, nas grandes cidades. Para este autor, ocorre uma territorialização do capital a partir do grande latifúndio. Entretanto, contraditoriamente, o capital também se apropria da agricultura camponesa e de sua produção para se realizar, o que para ele significa que: não ocorre uma territorialização do capital, mas sim uma monopolização do território, onde aquele se apropria da produção do camponês. (OLIVEIRA, 2007, p.41). Todo esse processo de modernização do Brasil, pode nos forçar a pensar, como muitos, que a forma camponesa de lidar com a terra, seja no plano econômico ou cultural etc, estaria em processo de extinção. Entretanto, concordaremos novamente com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que o campesinato mergulha num constante movimento de recriação dentro do sistema capitalista. Nunca podemos nos esquecer de que o capitalismo é contraditório por si só, e, é nessa contradição que surgem relações não-capitalistas de produção utilizadas para a geração e acumulação de mais capital. Dentro desta lógica contraditória do capitalismo é aceitável e até vital para a reprodução do capital o campesinato, nas próprias palavras de OLIVEIRA, A.U. temos:

... o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora se apropria dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (2007, p.40)

Portanto, o campesinato se faz necessário, pois ele entra com um dos pilares para o aumento da acumulação de capital. A renda da terra é sequestrada pelo capital monopolista, enquanto lucro extraordinário permanente, e, o trabalhador entrega o excedente de seu trabalho para o capitalista, de modo que ele consiga manter a sua subsistência. Algo muito presente em nossa área de estudo, a chamada *monopolização do território*, onde o campesinato continua existindo não só enquanto categoria cultural, mas também como produtor de renda apropriada pelo grande capital. Em diversas falas coletadas nos trabalhos de campo realizados por nós podemos perceber tal questão:

Guilherme: *E hoje vocês plantam mais laranja? E pra vender pra indústria?*

A.B.: *É pra indústria, vendo um pouco pro mercado, mas a gente vende pro corretor....*

C.B.: *Aí o corretor vende pra onde ele quer, pra indústria, pra mercado*

A.B.: *Pro mercado é uma venda de laranja quando o pomar tá pequeno, novo.... aí dá laranja boa. Aí o pomar fica véio aí vai pra indústria*

Guilherme: *Aí só o suco que interessa?*

A.B.: *Isso.*

Guilherme: *O mercado que vocês falam é o Lavapés*, Carrefour* ...?*

C.B.: *Não, não.....o mercado é pro Rio de Janeiro.....*

A.B.: *Vai longe....Belo Horizonte....*

* Supermercados locais, embora o Carrefour seja uma grande rede mundial ele está presente em Mogi Mirim.

C.B.: *Mercado que a gente fala é pra longe, pro Rio de Janeiro, Belo Horizonte, é pra longe*

A.B.: *A nossa laranja vai pra onde a gente nem sabe....é pra.....*

C.B.: *Então o que eles cata do pé, que não precisa de escada....é o mais pequeno, enferrujado, não dá tipo....não é bonita.... então vai pro barracão, então vai pra indústria que é pra vender pra suco. Tuda vida sempre vendemo assim, desde quando comecemo a platá laranja foi assim.*

É interessante perceber no depoimento acima, o fato do camponês perder o controle total da produção, pois parte deste controle já é capturado pelo capital. A ele cabe, assim, apenas plantar e cultivar a laranja, o resto do trabalho é realizado por agentes da grande indústria, que é o chamado *turmeiro*, em seu linguajar. Estes mesmos sitiantes, em seus depoimentos contaram histórias em que não necessitavam do plantio da laranja para a sua sobrevivência, há cerca de trinta ou quarenta anos, momento em que a industrialização não era tão presente na vida mogimiriana. Assim:

Olha seu moço, já fizemos muita coisa....plantava café, torrava café, fazia o pó. É que um pedacinho de café dava pro gasto....tinha ali. Agora eu to velho.... arroz, plantava arroz, ne? Dá um sor desse aí, aí a gente fazia, né...? Ô....pelo amor de Deus, toda vida. Feijão pra comer, milho... com esses 5 alqueire aí já plantei de tudo, feijão, vassoura, amendoim, e não era de pouco não, era bastante. De tudo, de tudo.....Teve uma vez que eu plantei melancia, plantei abóbora, e eu vendia no asfalto, tinha barraca lá no meio da pista...era o que sobrava. Cheguei apanhar duas carroça de melancia e vender na beira do asfalto. Era de sexta feira, sexta feira era sagrado, né? O cara ia pra Campinas, São Paulo parava lá e comprava. Era só eu e outro que tinha barraca. Sexta era duas carroça que descia pro asfalto. Os feirante vinha compra laranja da gente também. Nós fizemo mais nesse sítio que tudo os outros. Porque hoje é tudo laranja, porque se vier pra baixo o preço, quero ver a turma...como vai fazê?
(A.B. maio 2009)

Nesta fala, notamos que não havia necessidade da obrigação pelo lucro para a sobrevivência. O que se plantava permitia a este sitiante obter o seu

sustento. Com pouca terra, ele conseguia produzir sem ter que passar pela necessidade de produzir para a necessidade da indústria. O que plantava era vendido por ele mesmo na beira da estrada, conforme ele mesmo relata. Havia neste período controle de sua produção. Na atualidade, este mesmo sitiante nos conta que a forma como se produz já não é mais a mesma, tanto que há coisas que ele mesmo não sabe como se faz:

Eu num entendo nada. Antes eu entendia, agora eu não entendo nada, o meu filho que entende. Eu nem sei pulverizá direito, meu filho faiz pra mim. Quando ele ficar velho, vai entrando o novo, mas daqui lá.....Hoje a terra tá toda diferente, né...?(A.B. maio2009)

O que significa dizer que *a terra está diferente*, como aponta este sitiante? Já discutimos anteriormente o significado do trabalho para o camponês, que dentro de sua *ordem moral* não tem a função de gerar riqueza (mercadoria, a partir de uma concepção marxista), mas a função de ver a produção enquanto um verdadeiro milagre da natureza, cujo valor simbólico é bem mais forte que o valor monetário. A produção supera até mesmo o valor de uso – dentro das categorias marxistas – e passa a ter um valor pelo sentimento, pela beleza que é ver a terra *brotando*, ou nas palavras de uma camponesa bem idosa, *ver a terra ficar uma boniteza*. Esta fala, que contradiz a língua culta, sintetiza o pensamento camponês sobre o seu trabalho, sobre esta categoria, que vai além da reprodução simples de capital. É a verdadeira *ordem moral* que fala Klass Woortman.

A terra estar diferente significa que o trabalho do camponês tradicional vem perdendo a importância dentro da lógica capitalista moderna. Como fica esta categoria cultural tão importante nos tempos do capitalismo moderno? Muitos dos sítiantes se assustam com esta nova racionalidade que chega hoje ao campo; as verticalidades que Santos tanto fala, que chegam por meio de uma ordem global e como este mesmo autor não *une* os lugares, mas sim *unifica*, pois não há uma cooperação entre o saber destas comunidades tradicionais e as novas necessidades de produção exigidas pelo capitalismo moderno. É a total alienação do trabalho, e, nesse caso a depreciação do

conhecimento camponês, de acordo com o que muitos sítiantes disseram para nós:

Agora é um tal de veneno, é um tal de num sei o que....é um tar de remédio pra isso e pra aquilo.....vem um cara aqui com um monte de paper falando disso....e daquilo....quando eu trabalhava com o meu pai.....já tem uns 30 ano, num tinha nada de bicho e de doença e de veneno....e sei lá mais o que....dá impressão que a gente é tonto. Sabe onde eu prantei melancia uma vez....? Lá numa capoeira lá em cima, e deu, deu bem, vendi tudo na pista e pros mercadinho de antigamente.....vai eu fazê isso agora....? (D.B. jun. 2009)

De fato, as lógicas do mercado, o tempo do mercado, despótico, que exige uma produção pronta para a indústria, não “dá mais tempo, não há tempo a perder” com o modo tradicional de se produzir no qual o camponês acredita. Em nossas visitas de campo, pudemos aprender várias coisas que fogem mesmo da racionalidade acadêmica, de modo a verificar outros saberes diferentes dos nossos normatizados pela universidade. Inclusive, isto nos levou a refletir, até que ponto a academia está presente na vida das pessoas em seu cotidiano? E mesmo a Geografia, quanta coisa a ser aprendida/apreendida por nossa ciência, com estes saberes populares, o que demonstrou para nós a fundamental importância do trabalho de campo. Estas lembranças no vêm, porque em uma de nossas conversas com um sítiante de meia idade, já de forma bem informal, tomando um café, ele nos disse algo sobre o cultivo do maracujá, muitíssimo interessante, que representa como o camponês, que dentre outras frutas produz maracujá, que segundo ele é vendido para a CEAGESP, enxerga o tempo:

Moço, o senhor sabe como que dá o maracujá? Precisa vim um musquinho que chega sempre no tempo das seca pro tempo das água, aí ele fica indo de flor em flor, e a flor do maracujá é uma beleza...? o coisa linda que Deus fez pra gente.....! E aí o musquinho vai, vai, vai, e despoi de um tempo vem a fruta....se esse musquinho num vem a gente já sabe que num vai te maracujá.....cê vê que coisa, que lindeza...? (risos) Aí vem o cara quere compra maracujá da gente e qué porque qué.....eu falo prele, ele fala passa algum remédio, um adubo, num precisa de musquito..... (J.G. fev.2009)

Como explicar isso para a grande indústria de suco, de exportação de frutas e até mesmo na universidade? São outros saberes, é outra concepção de tempo. Assim, há aqui uma dimensionalidade do território, com este saber popular, mas que convive com um território produzido também pelos agentes hegemônicos da economia. Novamente, ressaltamos a multidimensionalidade do território. O território do modo de vida tradicional camponês, e o território que nos fala OLIVEIRA, A.U. como síntese contraditória da produção. Nestas falas estão embutidas diversas temporalidades: a temporalidade tradicional, cíclica, (o mosquito do maracujá aparece uma vez por ano) junto com a temporalidade da indústria (dos fertilizantes e venenos), procurando manipular a natureza. Ainda mais sobre a fala acima, que novamente temos certeza de ser bastante significativa, o camponês produtor de maracujá: *eles ainda num inventaru uma maquininha de mosquito, (risos).....* Nessa lógica, observamos o confronto entre o camponês que tem seu ritmo, seu tempo, e o confronto com a necessidade do mercado. Para muitos esta necessidade chega a ser bastante angustiante. Os depoimentos coletados por nós em nossos trabalhos de campo falam por si só. Num dos sítios visitados, um de seus proprietários, um senhor com cerca de 45 anos fez o seguinte desabafo:

A zona rural, meu filho, vai acabá sim. Eu vô te conta uma coisa, acaba porque, foi que nem na época do algodão, que meu pai plantava e eu ajudava ele. Porque o algodão deu bicudo*, ninguém mais plantava, parou de plantar. Aí veio a laranja. Agora a laranja tem uma praga que tá entrando, acaba com tudo. Se o cara vem aqui e acha 5 pés daquela doença no meio de um pomar, tem que arrancar 50 pé tudo em volta. Então daqui uns par de ano, capaz que eu nem chega, vai acabar a laranja também. Depois vira cana ou pasto, e a aí quem mora no meio da cana? Ninguém, né? Só cria bicho pro meio....e aí vem o banco, vem os imposto, vem assarto na zona rural, a prefeitura, o governo nem liga. O resta mesmo pra gente é Deus abençoa....quando vem o turmeiro, como faiz se a gente já perdeu as laranja....É por isso, que muitos filho dos sitiante, qué ir pra cidade, num qué essa vida. E aí, os pai tem que deixar, vai morrer de fome? É muito complicado. Porque eu vou falar pro você, é tanta doença que entra. Primeiro não existia doença. Eu plantei laranja lá em cima, toquei cinco anos sem pôr um pingo de veneno, hoje, eu vou falar pra você. Você não colhe nada, cai tudo, vem uma doença e cai tudo do pé. (A.S. maio de 2009)

* Um inseto que nos anos sessenta e setenta, segundo relatos dos sitiante produtores atingiu esta cultura gerando enormes prejuízos;

Vejamos que as doenças eram coisas que antes não existiam com tanta frequência como diz este agricultor, mas que agora aparecem, sobretudo o *greening* que iremos tratar mais adiante. A ocorrência cada vez mais delas força o camponês a recorrer à indústria para atender ao tempo da indústria, ou seja, produtos químicos cada vez mais caros para garantir a produção, acarretando outro choque para a lógica do campesinato tradicional, já que uma de suas características fundamentais era a prática agrícola pautada na ecologia, em uma época em que nem se pensava nisso ainda.

4.1 LARANJA – PRINCIPAL CULTURA, NO CONTEXTO CAMPONÊS⁴

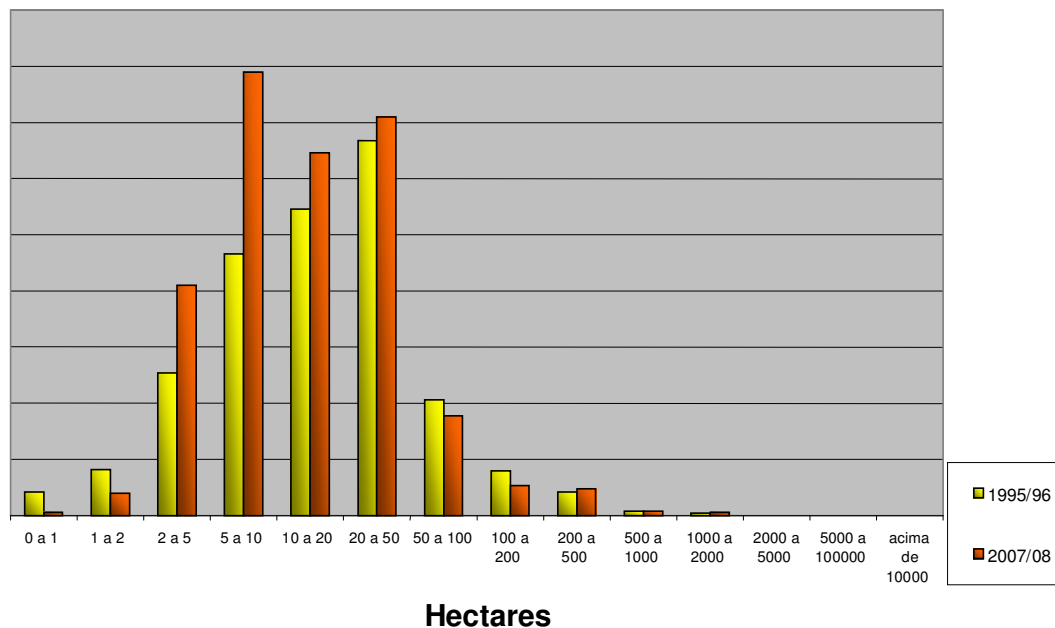
Podemos notar que a laranja aparece como um dos produtos mais citados quando se fala na produção camponesa, que é apropriada pelo capital (observar mapa 03). Assim julgamo-la necessária com relação aos produtos agrícolas predominantes em nossa área de estudo, e, logicamente compreendermos de maneira mais completa a relação do campesinato com a economia brasileira moderna. Dessa forma, utilizaremos dados levantados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Levantamento Censitário das unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), este realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI/MOGI MIRIM) órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – São Paulo.

O primeiro ponto que gostaríamos de salientar a partir dos dados do LUPA, é a ausência de grandes imóveis rurais no município de Mogi Mirim, existindo predominância de propriedades que variam de 02 a 50 hectares, predominância esta, já apontada no primeiro relatório do LUPA em 1995/96. De acordo com o gráfico abaixo, podemos ter melhor visualização de tal ponto:

⁴ Nos anexos constam mapas gerados a partir do LUPA e produzidos pela CATI/Secretaria Estadual de Agricultura, com os cultivos de laranja, milho e cana em 2007/2008 no Estado de São Paulo.

Tamanho médio das UPAs para o município de Mogi Mirim

Fonte: LUPA - CATI/SEAASP

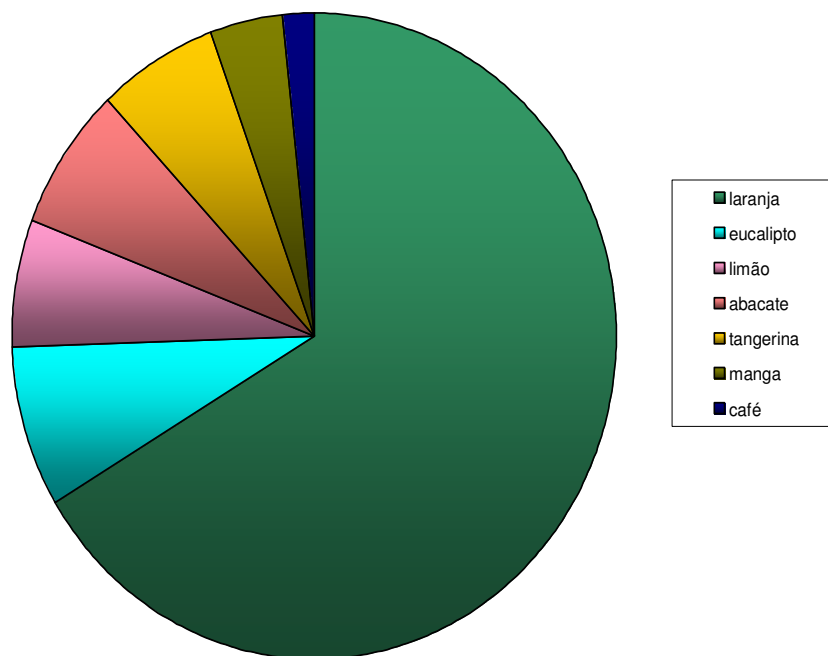


Podemos perceber mais ainda um aumento significativo de propriedades em torno de 5 a 10 hectares, entre outros aumentos na categoria entre 10 a 20, menor ainda na categoria de 20 a 50 ha. e um decréscimo em categorias de propriedades acima de 50 hectares, o que seria aproximadamente 21 alqueires paulistas. Ressaltamos em nossas visitas de campo, que a maior propriedade visitada possuía cerca de 30 alqueires paulistas, ou seja, 72 hectares aproximadamente. Estes dados confirmam, portanto, a inexistência do grande latifúndio em Mogi Mirim, o que quer dizer que não houve a territorialização do capital, cujo personagem principal são os latifúndios. Trata-se da ainda de pequenas e médias propriedades que em sua maioria continuam com o trabalho familiar. O que podemos comprovar com os dados do próprio LUPA. Em 1995/96 havia 881 UPAs com familiares do proprietário no trabalho, em 2007/08 esse número é ainda maior, chegando a 1181 UPAs. Enquanto que para esse mesmo período há somente 36 UPAs em que o proprietário é considerado pessoa jurídica (dados inexistentes para 1995/96). Logo, é considerável a gritante predominância da agricultura familiar camponesa em nossa área de pesquisa, salientando que estudamos apenas a porção oeste do município de Mogi Mirim/SP.

Os relatórios do LUPA também mostram dados importantes sobre o uso da terra no município de Mogi Mirim. Reforçaremos a questão entre a chamada cultura perene e cultura temporária, sendo que de cultura perene temos cerca de 800 UPAs e de cultura temporária, 734, ou seja, há certo equilíbrio entre elas. Da cultura perene o que é mais do que notável é a predominância da laranja:

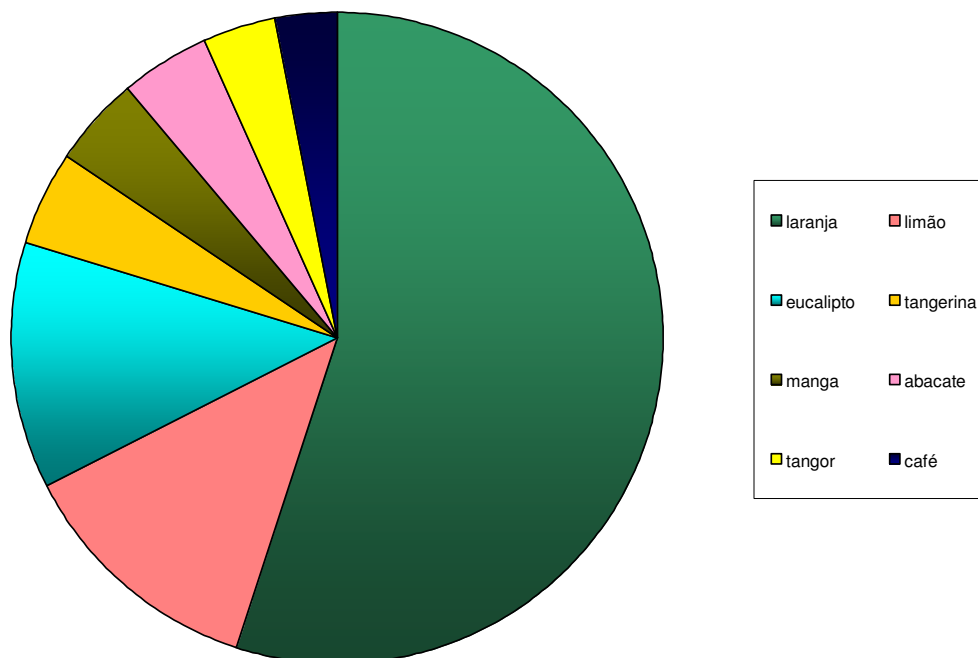
PRINCIPAIS LAVOURAS PERENES EM MOGI MIRIM/1995-96

fonte:LUPA 1995/96



PRINCIPAIS LAVOURAS PERENES EM MOGI MIRIM/2007-08

Fonte:LUPA 2007--8



A tendência da predominância da produção de laranja, enquanto cultura perene em Mogi Mirim, notamos que ocorre desde a década de noventa, mesmo porque um pomar dura cerca de 10 anos. Tendência também confirmada pelo IBGE em 2003, e também em 2007, onde nas tabelas abaixo há uma noção do tamanho da laranja para a produção agrícola de Mogi Mirim:

TABELA 01 – LAVOURA PERMANENTE – 2003 – Mogi Mirim/SP

PRODUTO AGRÍCOLA	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO
Abacate	3960 toneladas	1440 mil reais
Banana	4275 toneladas	1060 mil reais
Café	12 toneladas	34 mil reais
Laranja	144000 toneladas	35280 mil reais
Tangerina	11832 toneladas	2610 mil reais

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal -2003

TABELA 02 – LAVOURA PERMANENTE – 2007 – Mogi Mirim/SP

PRODUTO AGRÍCOLA	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO
Abacate	Sem dados para o período	
Banana	1520 toneladas	380 mil reais
Café	25 toneladas	71 mil reais
Laranja	175240 toneladas	63086 mil reais
Tangerina	Sem dados para o período	

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal -2007

Por meio destas tabelas também conseguimos perceber além do aumento na quantidade de laranja, um significativo aumento do valor da produção, e que entre 2003 e 2007 houve um crescimento de cerca de 90%. A que se deve esta predominância da laranja? Por que ela obtém este papel de destaque na produção agrícola em Mogi Mirim/SP? Logicamente, esta resposta está na modernização da economia brasileira, que tem como um dos pontos-chave o agronegócio. No entorno de Mogi Mirim, identificamos três grandes agroindústrias produtoras e exportadoras de suco concentrado de laranja, sendo elas: Cutrale em Conchal/SP(empresa mais citada pelos sitiantes); Kiki, em Engenheiro Coelho/SP e Citrosuco em Limeira/SP. A maior parte da laranja, então, produzida na área de estudo é destinada ao abastecimento de matérias-primas destas indústrias. Por meio deste relato temos:

Aqui no sítio, desde de São João da Glória até a Pederneira só planta laranja. A gente despois vende pra Conchal ou Limeira, a gente faiz todo o serviço, e despoi a firma vem, coiê...Nóis só fazemo o serviço manual, pulverizá, grade* e roçá.(T.B.jan.2008)

Produzir e exportar suco concentrado de laranja é uma das vertentes mais rentáveis do agronegócio brasileiro e mundial, e o Brasil é o país líder neste ramo agrícola. Um interessante estudo realizado por FERNANDES e WELCH, 2008, em que comparam este ramo do agronegócio entre os estados de São Paulo e Flórida, (EUA), traz importantes informações que nos permitem

* ferramenta utilizada para mexe na terra e deixá-la mais solta.

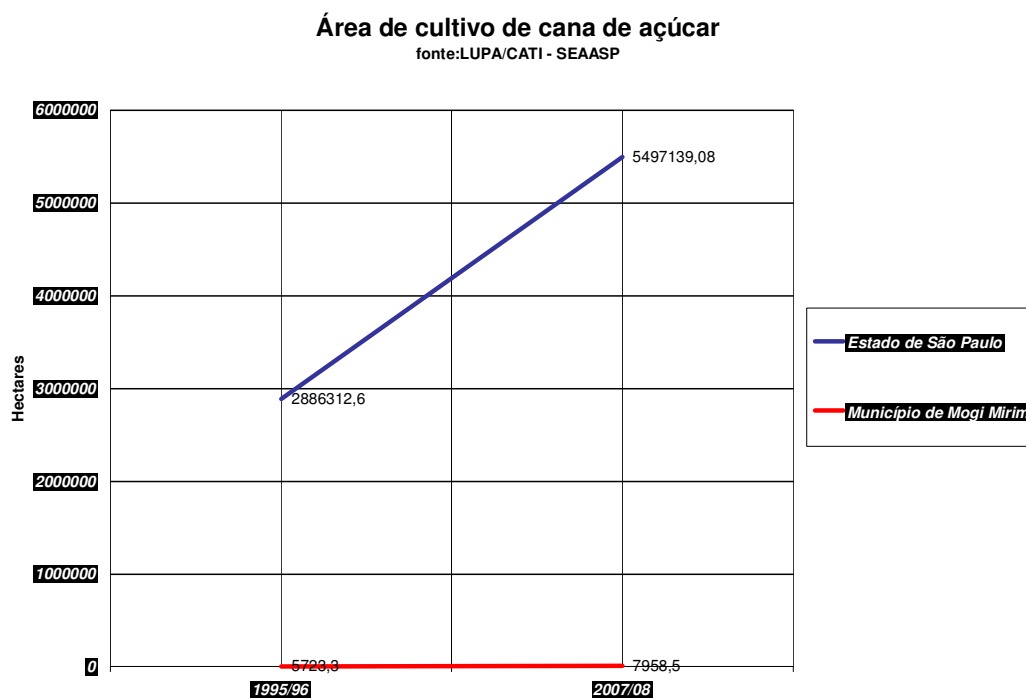
refletir melhor sobre este ponto, segundo dados levantados por estes autores, a Flórida e São Paulo concentram cerca de 40% da produção mundial de laranja. Estes dois estados são os responsáveis por aproximadamente 85% do suco de laranja consumido no mundo. Neste trabalho, os autores também destacam o controle quase que total de quatro empresas, a Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coinbra, que justamente comandam os 85% do comércio mundial de suco de laranja. Para a nossa área de estudo, especificamente, a Cutrale e a Citrosuco são as empresas mais citadas pelos agricultores como compradoras de sua laranja.

Com toda essa dimensão da laranja, no mercado mundial, e porque não no setor primário de Mogi Mirim, notamos que o campesinato é subordinado por este grande sistema, justamente pelo fato de sua renda ser capturada pelo capital. Logicamente, o campesinato não é parte do agronegócio, contudo, o agronegócio, controla a tecnologia, o mercado e as políticas agrícolas em que o camponês se encontra totalmente à mercê. Novamente, nós temos aqui a recriação camponesa, isso ocorrendo em Mogi Mirim, uma vez que o nosso campesinato produz para o agronegócio, mas, contraditoriamente, dentro dos limites de suas pequenas propriedades e utilizando a mão-de-obra familiar. Entretanto, as constantes pressões movidas pelos ditames da economia mundial por um aumento da produção, bem como a maximização dos lucros que as empresas controladoras da produção e exportação de suco de laranja exigem, forçam o que os autores chamaram de uma maior verticalização da produção, o que tem levado o camponês a produzir boa parte do controle da produção da fruta. Tudo isso já muito bem retratado em algumas falas colhidas em nossos trabalhos de campo. E, novamente gostaríamos de recorrer às falas dos camponeses de modo a continuar a elucidar tal questão:

Num dá pra brinca, com o Cutrale, ele fala é tanto, é tanto. Uma caixa de laranja com mais ou menos 20 quilo a gente vende por 15, 20 real, é o preço. Disso, nós tem depois que renovar o maquinário, porque tem que continuar cos pomar, então, é assim.... hoje os sitiante é tudo cum ele, às veiz cum outro, mais vai segui do memo jeito, ele vai fala o preço, porque se for para vende na rua* vai sê pior, né? (S.P. fev.2009)

* quando fala em vender na rua, o sitiante está se referindo a vender na feira, ou em pequenas barracas na beira da estrada.

Contrariando a tendência para o Estado de São Paulo, em que houve um significativo aumento da cana-de-açúcar, este tipo de cultivo em Mogi Mirim teve um crescimento pouco significativo, sobretudo se comparado com a laranja. Embora, com toda uma pressão externa, interna (que parte do poder público, da indústria automobilística e dos grandes usineiros), a cana não conseguiu penetrar em nossa área; logicamente, isso se deve a pressões econômicas, por mais estranho que possa parecer. A laranja e outras culturas ainda são economicamente mais viáveis. Temos uma melhor visualização da questão de acordo com o gráfico abaixo. Ver também mapa em anexo:



Mas, alertamos para o fato de alguns produtores já se sentirem seduzidos pela pressão das usinas. Conseguimos, através de nossas saídas de campo, perceber a existência de dois produtores, que arrendaram suas terras para a Usina São João de Araras. Um deles, que aceitou nos dar o seu depoimento, relatou-nos que ao arrendar uma área de cerca de 40 hectares, recebe livre da usina cerca de R\$2500,00 mensais, e conforme suas palavras, *sem precisá faze nada, só deixá a cana crescê e a usina colhê*. Neste caso, o

(ex) produtor rural partiu para a cidade, mora em uma casa alugada, pois até mesmo a área de sua propriedade destinada à moradia foi ocupada pela cana, e se viu obrigado a arrumar um emprego como balconista em uma farmácia local. Justificou isso pelo fato de estar cansado de depender dos preços impostos pelas indústrias dos seus antigos cultivos (no caso o milho), e também por não desejar ver seus filhos trabalhando no campo, pensando a cidade ser a melhor opção para a família.

Outro ponto que gostaríamos de ainda ressaltar com relação à laranja e aos citrus em geral, é a presença do *greening*, apontado por muitos sitiantes com um dos possíveis motivos de abandonar a citricultura ou até mesmo, como nos foi relatado por um agricultor, o fim da zona rural. Para ele, nunca houve uma doença tão devastadora como esta. Trata-se de uma doença causada por uma bactéria conhecida como *Candidatus Liberibacter ssp*, uma vez instalada na planta, esta apresenta sintomas como o aparecimento de galhos com coloração amarela. Tal bactéria tem a capacidade de alterar o metabolismo da planta, provocando a queda precoce dos frutos ou então fazendo com que amadureçam de maneira disforme e pequena, impedindo, portanto, a sua comercialização. O surgimento deste tipo de praga, e sua propagação têm suas razões na uniformização cada vez mais constante dos pomares, quando estas passaram a ser reproduzidas através do enxerto, o que diminui a variabilidade, tornando os citrus mais suscetíveis a estas pragas. Embora, haja uma predominância de pequenas propriedades em nossa área de estudo, devemos ter em mente que as áreas rurais não só de Mogi Mirim, como Engenheiro Coelho, Conchal, Limeira, Artur Nogueira etc, constituem um grande pomar, dado ao fato de terem que abastecer a indústria. Uma vez instalado o *greening* na planta é necessário arrancar e logo em seguida queimar todo o pé e alguns outros no entorno do contaminado, pois possivelmente assim estarão. Muito significativa era a propaganda oficial da Secretaria Estadual de Agricultura de São Paulo no combate ao *greening*, que dizia: *Não basta podar, tem que arrancar*. Isso soava para os nossos camponeses como algo desesperador, pois tendo eles pequenas propriedades, com pequena produção e fortemente dependentes da indústria, arrancar um pé é sinônimo de enormes prejuízos. Podemos verificar que não é simplesmente um pé, mas também todo um trabalho (aos moldes do campesinato) que não

se concretizou ali. Lamentavelmente, encontramos alguns camponeses, inclusive, com sinais de alcoolismo e depressão devido a essa praga.



Laranja contaminada pelo greening

Fonte: camponews.com.br

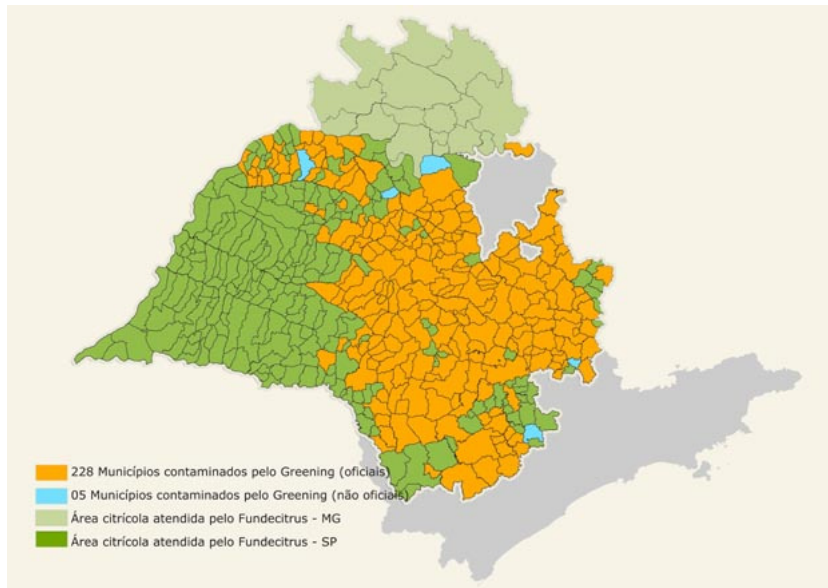


Aspecto do *greening* nas folhas de laranjeiras

Fonte: dpi.qld. gov.au

MAPA DE MUNICÍPIOS AFETADOS PELO GREENING

FORNTE: FUNDECITRUS

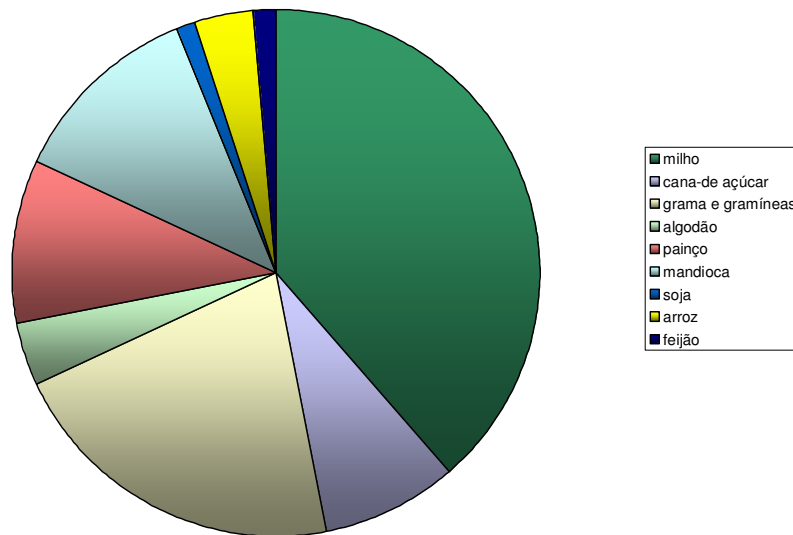


4.2 Cultivos temporários, produção para o abastecimento

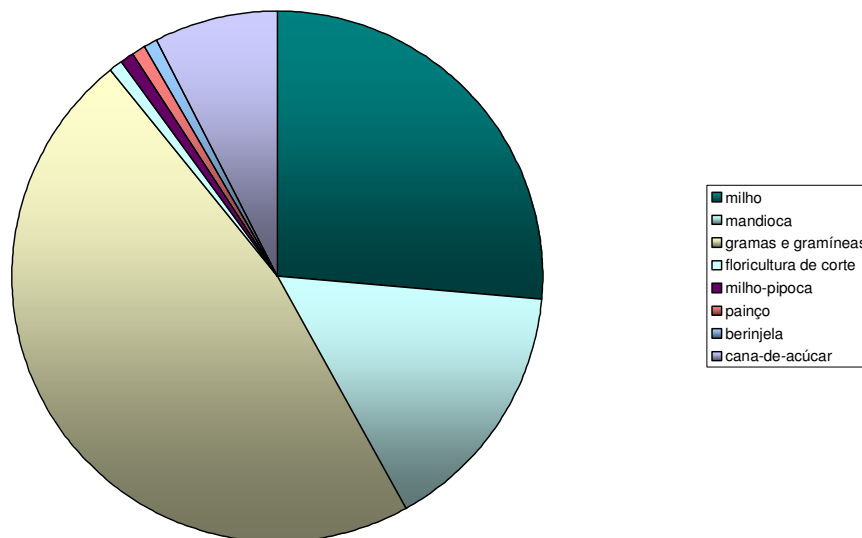
Além da laranja, é também muito salutar fazermos menção às chamadas culturas temporárias de maior cultivo em Mogi Mirim. Das culturas temporárias, o milho é um dos que mais se destaca, atualmente, só perdendo para as gramíneas. Da mesma maneira como a laranja, a grande produção de milho é justificada pela indústria, uma vez que a produção deste cereal é vinculada essencialmente à presença de uma unidade, de um gigante no setor de processamento de milho no mundo, e também um braço da UNILEVER, a Corn Products Brasil, a antiga Maizena (como é chamada até hoje popularmente). Há uma unidade desta empresa no município vizinho, Mogi Guaçu, em que segundo fontes da própria empresa, é a segunda maior unidade em o todo mundo, produzindo o amido de milho consumido no Brasil, Mercosul etc. O abastecimento desta empresa com sua principal matéria-prima – o milho – deve muito aos camponeses de Mogi Mirim, e, em uma de nossas conversas colhidas em trabalhos de campo, embora o milho sendo temporário, muitos sítiantes fazem contratos de até cinco anos com a empresa, garantindo assim que a sua produção seja comprada por ela. Desse modo, temos de um lado a

laranja que é “cooptada” pela grande indústria do suco e o milho, por este gigante multinacional do setor alimentício. Novamente, recorreremos ao LUPA para demonstrar a importância do milho, conforme seguem os dados:

PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS EM MOGI MIRIM/1995-96
 fonte:LUPA/CATI/SEAASP 1995/96



PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS EM MOGI MIRIM/2007-08
 fonte:LUPA/CATI/SEAASP 2007/08



É perceptível, a grande presença do milho em ambos os períodos do LUPA, embora haja aparente queda na sua produção em 2007/08, dando neste momento, maior destaque para as chamadas gramíneas. Contudo, destas gramíneas chamamos atenção para o *capim braquiária*, que é o tipo mais cultivado, e, boa parte de seu cultivo está associado à produção de milho. Este capim pode ser alternado com a produção do milho, de modo a evitar pragas.

E como não podia deixar de ser, há também os casos (estes mais comuns nas lavouras temporárias, podendo acontecer também nas perenes) da comercialização da produção para o CEASA em Campinas/SP ou CEAGESP em São Paulo/SP e destas lavouras destacamos a berinjela, quiabo, manga, hortaliças (rúcula, chicória, almeirão, alface etc), mandioca. E seguindo a lógica do capital, os camponeses estão sujeitos aos preços que lhes são dados nestes grandes centros de abastecimento urbano. Nos depoimentos abaixo, temos uma melhor elucidação disso:

As verdura mesmo, você pode ver, aqui na região nossa, é muito pouco quem planta....também com o preço que é? (risos). É que nem a mandioca, muito do dinheiro a gente dá pro mandioqueiro, ele vem e pegá, só colhe, e leva pro CEASA, aí fica muito com ele, porque é ele que leva pro CEASA, carrega o caminhão e tudo. É porque é assim, na rua a mandioca é R\$8,00 a caixa, no CEASA é R\$14,00, a caixa com 20 KG....então a gente vende pro CEASA. O meu tio corta tudo, descasca e vende na feira por quilo, eu acho que não compensa. (D.B. maio/2008)

Continua existindo ainda a figura de um atravessador que vem com os preços já impostos pelas centrais de abastecimento. A impossibilidade de ir até os próprios centros, já que há um alto custo para isso, força a presença destes “agentes”, o que forja ainda mais a dependência do campesinato. Outro aspecto observado é que muitos camponeses ainda preferem a feira como meio para vender sua produção, embora seja menos rentável, isso lhes dá maior independência em relação a estes atravessadores, bem como a possibilidade de ter maior controle de sua produção. Há abaixo um depoimento muito interessante sobre isso:

A gente vende na feira tudo baratinho, tudo assim com 2 ou 3 real o quilo. Mas a gente leva também umas fruta diferente, né? Não só laranja, a gente leva, fruta do conde, maron, nona, mais leva otras coisinha como couve, chicória, a turma gosta, né? (G.R. maio2008)

Para este caso, o produtor pensa que se priorizar a variedade e levar frutas diferentes das convencionais, ele tem a possibilidade de vender mais, e assim, garantir a sua autonomia. Este depoimento foi colhido durante um trabalho de campo realizado em conjunto com nosso grupo de pesquisa Patrimônio Cultural e Território, e durante esta fala um dos participantes do grupo atentou para o fato de que uma unidade da fruta do conde, que o camponês acima afirma vender por R\$2,00 ou R\$3,00 o quilo na feira, num supermercado de Rio Claro/SP sai por R\$4,50. Um importante ponto para a discussão, uma vez que aí reside, exemplifica como a modernização da sociedade brasileira foi capaz de constituir a relação contraditória entre o campo e a cidade. O campo ao produzir para o urbano e ter sua produção distribuída num dos ícones desta “modernidade de consumo” – o supermercado – temos a produção se materializando enquanto uma mercadoria de alto custo. Fica implícito, portanto, o alto valor de troca que ganha a mercadoria, já que a produção agrícola ganhou o caráter industrial e moderno, e, como a sofisticação das formas de comércio, que foram trazidas pela modernização da economia garantiram este caráter de valor de troca da mercadoria. Podemos dizer que a mercadoria é a maneira como se materializa o valor, o trabalho dentro da reprodução capitalista.

O trabalho do campesinato, por sua vez, se mostra depreciado neste contexto, ora por ser sua produção revendida em formas de comércio tidas como arcaicas (como a feira); o valor de sua mercadoria é bem inferior; ora se vendido em formas mais sofisticadas, o seu trabalho é explorado também, pois, sua produção é comprada por um preço irrisório, porém vendida a um preço alto aos consumidores. Torna-se claro que se trata da apropriação do trabalho camponês, ou até mesmo do modo de vida camponês pelo grande capital. Sendo uma forma de gerar capital, a partir de uma situação não-capitalista, na prática significa a subordinação das relações de trabalho camponesas ao grande capital, que em nosso caso são grandes empresas. Subordinando o

trabalho dos sitiantes, tais empresas se livram das despesas com mão-de-obra, podendo, portanto, gerar mais lucro. O capital se articula com o trabalho camponês, ao expropriar a renda que ele gerou da terra. Para isso, controla o preço dos produtos da terra, o faz “refém” do sistema bancário, e também controla a produção de fertilizantes, do maquinário hoje necessário. A terra, assim, enquanto meio de produção mais importante é incorporada, indiretamente, à grande empresa. É importante atentarmos que as questões elencadas logo acima representam também a ligação contraditória entre a cidade e o campo. Os equipamentos urbanos que nascem para o desenvolvimento do capitalismo agem para que haja esta relação de subordinação da cidade pelo campo. Conforme, Oliveira, B.A.C.C,

A unidade econômica camponesa, na atualidade, esta relacionada com o mercado capitalista de mercadorias, sofrendo a influência do capital, seja financeiro ou industrial, ou mesmo coexistindo com a agricultura sob moldes capitalista. (aula no Programa de Pós Graduação em Geografia, set.2007)

A partir daí, é bom notarmos que, conforme iniciamos o capítulo, há uma temporalidade distinta dentro da lógica do homem, não sendo diferente com a camponesa. Trata-se de que verdadeiramente, o modo de vida camponês é obrigado a coexistir com este modelo capitalista atual. É um contexto contraditório, em que o camponês deve se adaptar, o que na realidade significa lutar contra, de modo a não ser deglutido por ele. Nesse jogo dialético, é a luta entre a agricultura dita moderna e o arcaico, o atrasado. É como se houvesse uma sobreposição de territórios, o território do capital e o território do sitiante.

Dentre as nossas observações de campo, vimos muito, sobretudo os mais idosos, pedirem a Deus para que se tenha um ano de lavoura farto. As preces ouvidas na Missa de Abertura do Ano Agrícola são pautadas também nessa direção. Uma das mais curiosas é quando se pede para que todos os agricultores consigam quitar suas dívidas no banco. Em uníssono, as pessoas respondem: *Atendei a nossa prece Senhor*. Contudo, algo que ainda precisamos tratar no decorrer de nossa pesquisa é a seguinte indagação: Ano farto na lavoura para quem? Na conjuntura econômica em que se encontram os sitiantes para os juros? Para atender a demanda industrial? Notemos que

um aspecto do tradicionalismo camponês – a religião – é confrontada e usada já com finalidades econômicas. Ou então, fica nítido o quanto é forte a religiosidade para o sitiante, que mesmo sendo para atender o capital, Deus é invocado. Temos aqui a coexistência de duas racionalidades.

Outro ponto é a questão do tempo. Em muitos relatos de sitiantes, e também lendo pesquisadores que se debruçaram sobre a temática, constatamos que o ritmo do trabalho era pautado pela natureza, sendo ao longo do dia, ou seja, início e fim da luz do sol. Mesma coisa para o ano, o calendário era equilibrado de acordo com a pluviosidade, ou conforme a fala dos sitiantes, *no tempo das água e no tempo da seca*. Agora, o que se assiste é o sitiante ser forçado a trabalhar ao ritmo da indústria(tempo linear X tempo do capital de acumulação), como muitas vezes observamos, inclusive de madrugada, rejeitando, inclusive a sazonalidade tão característica do tradicional. Ao realizarmos uma visita no Bairro do Sobradinho, o sitiante não pode nos receber, entretanto, disse algo que retrata bem o que afirmamos logo acima:

Olha, moço, eu perdi dois dia de trabalho, por causa desta maldiçoada chuva, tô tendo que trabalhar dobrado, num dá pra gente conversar agora, desculpa. Volta outro dia.(C.G.fev.2008)

O capital impõe a rejeição a sua própria cultura, que foi construída ao longo do tempo, mas, também há a resistência a isso, e seria interessante demonstrar com outra fala, que por si só já nos elucida bem isso:

A água aqui é nossa maior riqueza, muito mais do que o dinheiro que vem da Cutrale. Sem a nossa água num tem nem dinheiro pra eles.(G.R.abr.2008)

Neste sentido, há um confronto direto entre o capital que busca a qualquer custo a expropriação da renda da terra, e o próprio trabalho camponês; este último lutando em favor da terra, em favor da reprodução da agricultura camponesa.



foto: Castro Rodrigues abr.2008 **Tanque ao lado de pomar no sítio**
Água, nossa maior riqueza(G.B.abr.2008)

A paisagem da zona rural mesmo demonstra isso, pois o olhar sobre seu horizonte nos apresenta divisões entre vários tipos de culturas. Não há predominância da monocultura típica do grande latifúndio, não se tem uma paisagem uniformizada. Existe, na verdade, a permanência da policultura, tipicamente do modo de produção camponês, logicamente, com as culturas destinadas à indústria. A policultura representa justamente essa resistência, seguida de uma coexistência entre o camponês tradicional e o grande capital. Dialeticamente vive-se, então, com duas temporalidades diferentes.

Antes de encerrarmos este capítulo, seria interessante mencionar um único produtor rural que encontramos: trata-se de um dos maiores produtores de lichia e castanha portuguesa do Brasil, além de cultivar também o palmito-pupunha. Para este último, o produtor tem em sua propriedade uma pequena fábrica de palmitos em conserva. Neste caso, o produtor, que não mora na propriedade e sim na cidade, considera-se um empresário agrícola. Não esconde que ali está pelo lucro. Inclusive, para ele, a busca por cultivos tão diferentes dos que existem em Mogi Mirim é em função do lucro, já que isso lhe permite impor seu preço. Muitas vezes nos contou que se fosse citricultor, estaria dependente das grandes empresas de suco de laranja. Com essas culturas, ele já consegue vender ao preço que acha conveniente. O fato de

possuir uma pequena empresa de palmito em conserva, demonstra bem a sua feição de produtor capitalista; uma forma que tem para agregar valor à sua produção. Quando aponta para o fato de que se um pé de palmito morre, mas logo em seguida nascem outros quatro, ele classifica o fato como *produção em série*, ou seja, vê sua propriedade como uma empresa capitalista e condena a prática de cultivos tradicionais, como a laranja, o milho, painço etc.



Foto: Guilherme C. Rodrigues abr.2008

Paisagem na lógica camponesa: milho, laranja ao fundo, mata e terra descansando



Foto: Guilherme C. Rodrigues abr.2008

Diversificação de cultivos. *A gente num ponha uma dúzia de ovo numa cesta só!*(M.B. jan.2008)



Foto: Castro/ Rodrigues abr.2008

Utensílios rústicos para produção de alimentos para família: tempo e trabalho camponês



Foto: Castro/Rodrigues abr.2008

Trator para dinamizar a produção: tempo da indústria



Pé de lichia ao lado e as lichias prontas para serem levadas à CEAGESP, fuga dos cultivos tradicionais para não depender da indústria



Fotos: Rodrigues, G.C. fev.2008

Considerações finais

Tomando por meio a reflexão do território enquanto síntese dialética, onde sua produção guarda diversas contradições, é que encerraremos nosso trabalho. Ao longo de nosso estudo, sobretudo nas experiências enriquecedoras dos trabalhos de campo, pudemos verificar as manifestações destas contradições. Ao nos depararmos com a chamada *moral camponesa*, que guarda dentro de si valores como ajuda mútua, espírito de solidariedade, o espírito divino que tem a terra, o seu apego à religiosidade e seus valores familiares etc. situações que se mostram muito estranhas dentro do atual estágio de modernização econômica, a ideia que nos passou, num momento bastante incipiente, era de que estávamos lidando com pessoas de um outro tempo, e dessa forma, nossa área de estudo era um verdadeiro atraso economicamente, e que, portanto, o capitalismo moderno deglutiria isso muito logo. Entretanto, percebemos que mesmo guardando aspectos do tradicional, este acabou sendo utilizado para a própria produção e reprodução do capital, que ao mesmo tempo em que é moderno, acaba fazendo uso do tradicional para a sua própria reprodução.

Este foi o ponto que nos guiou para procurarmos entender melhor que tipo de situações se encontram em Mogi Mirim, e, refletirmos quais são as complexidades do território, pois era verdadeiramente a multiplicidade do território que encontramos, que muitos autores, que citamos, afirmaram. O campesinato se faz em nossa área de estudo, e se mostra não como algo fora do tempo/espaço, já que acaba sendo capturado pelas contradições capitalistas, que necessitam de suas relações não-capitalistas para a geração de mais capital. Tratando-se da recriação de sua condição de camponês, uma vez que vende a sua produção à grande indústria, seguir o ritmo urbano-industrial é uma forma de permanecer no campo, ainda que convivendo com diversas adversidades econômicas. Dialeticamente, o camponês vende sua produção aos preços exigidos pelo capital, para continuar sendo camponês. Encontramos, em nossa área de estudo, aqueles que não querem sair da terra, que lá querem permanecer, e por isso toda a renda que assim é gerado com o trabalho na terra deve voltar a ela, pois só assim que se consegue continuar nela. Inclusive, a maneira como o camponês vê e concebe o seu trabalho é o

que lhe dá a matéria-prima necessária para se opor à lógica capitalista, porque o trabalho é divino, é honrado, transforma o sujeito em *homem*, conforme a sua ordem moral, o que cria as condições necessárias para a sua exploração pelo capital. O trabalhar na terra, e logo depois agradecer a Deus pelo trabalho, ainda que tudo sirva para o enriquecimento de alguns, demonstra a luta constante do campesinato de modo a garantir sua recriação.

Nossas andanças pelos sítios, desde trabalhos de campo formal, até conversas informais e agradáveis, que demonstravam a receptividade do *homem do sítio*, permitiram a comprovação de tudo isso, uma vez que na fala destas pessoas estava a preocupação de garantir o seu sustento e de sua família, eis a justificativa para se trabalhar para o *Cutrale*, ou para a *Maizena* etc, como disse um dos sitiante: *Sem eles a gente não vive. Como a gente vai vortá a trabaíá na roça di novo?* Ou seja, buscar o excedente não para a acumulação, mas para a sobrevivência e principalmente para continuar na labuta da terra. Logo, continuar dentro de sua ordem moral. O que podemos notar é uma unidade produtora, que mais do que produtora por si só, é o lócus da permanência das relações de parentesco, compadrio, e da religiosidade, que constantemente se reproduzem. As relações de mercado se confrontam com as relações camponesas, impondo a sua racionalidade, mas neste confronto há a possibilidade para que o campesinato continue sua incessante luta pela terra. Retomando Léfèbvre(1991, p.37), em que por produção se deve entender não só a produção de produtos, de coisas materiais por si só, mas também como produção de coisas espirituais, produção do ser humano, produção de relações sociais, que se valem da produção material para continuar a se reproduzindo. Ou seja, tratando de algo que é reproduzido dentro de um movimento complexo, e neste movimento que estão inseridas, assim, as relações de parentesco, compadrio, religiosidade que dão cor à ordem moral camponesa, o que quer dizer que, mesmo estando mergulhados em uma lógica capitalista, o camponês vê possibilidades para que sua produção na terra seja uma forma de continuar existindo enquanto classe, enquanto categoria social que é, ainda que a lógica do mercado se confronte com a sua lógica própria. Aí está o território, sintético e contraditório, aí que conseguimos notar a sua multidimensionalidade, ou seja, há o conflito como capital, mas também há as diferentes maneiras como se recebe o próprio

capital, gerando o motor para que se recrie um estilo, recrie uma cultura, reanime as relações sociais que constituem a *campesinidade*, garantindo a reprodução histórica do camponês.

São nestas entranhas que mergulhamos e procuramos entender o território que se constitui na Paróquia de Santa Cruz. Percebemos um entrelaçamento entre as lógicas tradicionais com as lógicas do mercado, edificando uma formação territorial própria. Estes elementos, dão o amálgama necessário para a constituição do território, porque são estas práticas sócio-territoriais, sejam elas no espectro do tradicional se conflitando como mercado, que dão o sentido daquele *chão*, que se materializa nas Piteiras, Bocaina, Vatinga, Francos, Borges, entre outros bairros. E é neste sentido que é reescrita e a todo o momento, pelas próprias práticas sócio-territoriais, a grande possibilidade do camponês de reconstituir a história, mas, através de processos não lineares e por um tempo próprio, que tem na expressão *tempo das água* o seu ápice, já que é o tempo para plantar, o tempo para colher, o tempo para celebrar a vida, o trabalho, e, sobretudo a terra.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª.ed. São Paulo: Huicitec: ANPOCS: Ed. Da Unicamp, 1998

ALMEIDA, M.G. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In.: In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO, E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

ALMEIDA, M.W.B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.01,n.01, jun/1986

ANDRADE, M.C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo – Recife: Hucitec, IPESPE, 1995

BASTIDE, R. O folclore brasileiro e Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n.08, jul.1951

BOMBARDI, L.M. **O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia**. in. AGRÁRIA, nº 1, pp. 55-95, 2004

BRANDÃO, C.R. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. in.: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M.(org). **O campo no século XXI**, território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004

BURKE, P. **História y teoría social**. Buenos Aires/Madrid: Amorrortu, 2007

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito** – Estudo sobre o paulista e a transformação dos meio de vida. São Paulo, 34, 2003

CHAYANOV,A.V.**La organización de la unidad económica campesina.**
Buenos Aires, Nueva Visión,1974

CODIGO DE DERECHO CANONICO, promulgado por João Paulo II, Roma,
1983. Disponível em www.vatican.va

COSGROVE,D.E.;JACKSON,P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In.:
CORRÊA,R.L.;ROSENDAHL,Z(Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de
Janeiro; Bertrand Brasil, 2003

ELDEN,S. Between Marx and Heidegger: Politics, Philosophy and Lefebvre's
The production of space. **Antipode**, v.36,n.01,jan/2004

FERNANDES, B.M.; Sobre a tipologia de territórios. In.; In.: SAQUET, M.A.;
SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e
conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP.Programa de Pós
Graduação em Geografia, 2009

FERNANDES, B.M.; WELCH,C.A. Campesinato e agronegócio da laranja nos
EUA e Brasil. In.: FERNANDES, B.M. (org) **Campesinato e agronegócio na
América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular,
CLACSO Livros, 2008

FERNANDES, L.L. **O bairro rural dos Pires: um estudo de geografia
agrária.** São Paulo: USP: Instituto de Geografia, 1971

FURTADO,C. **A construção interrompida.** 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1992

HAESBAERT,R. **Territórios alternativos.** Niterói, EdUFF, São
Paulo,Contexto,2002

HAESBAERT,R. **O mito da desterritorialização** – Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio deJaneiro, Bertrand Brasil,2004

HAESBAERT,R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP.Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

KAUTSKY,K. **A questão agrária**. 3ª.Ed. São Paulo, Proposta,1980

LABRADOR,A.P.; SOLLA,X.M. **Poboación e territorio**. As parroquias Galegas nos últimos cen anos. Difux, Xunta de Galícia – Conselleria de Educación e Ordenacion Universitária

LEFÉBVRE,H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial,1972

LEFÉBVRE,H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978

LEFÉBVRE,H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991

LEFÉBVRE,H. **La production de l' espace**. 4ªed.Paris : Anthropos, 2000

LÉVI-STRAUSS, C.**As estruturas elementares do parentesco**. 3ª.ed. Petrópolis, Vozes,2003

MARQUES,M.I.M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In.: in.: OLIVEIRA,A.U.; MARQUES, M.I.M.(org). **O campo no século XXI**, território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004

MARTINS,J.S.**A sociabilidade do homem simples**.São Paulo,Hucitec,2008

MARTINS,J.S.**O cativoiro da terra**.São Paulo, Ciências Humanas,1979

MARTINS,J.S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5ª.ed.Petrópolis, Vozes, 1995

MARTINS,J.S. **Capitalismo e tradicionalismo.**Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975

MARX,K. **A Mercadoria.** In: FORACHI,M.M.;MARTINS,J.S.(org.) **Sociologia e sociedade.**(Leituras de introdução à Sociologia) Rio de Janeiro,LTC, 2008 P.46-73

MARX,K. **Formações econômicas capitalistas.** 5ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986

MARX,K. **O Capital** Livro 1º., v.03 10ª. São Paulo, Difel, 1985

MARX,K. **O Capital.** Livro 3º.v.03,tomo 02, São Paulo, Abril Cultural,1985

MEDEIROS,R.M.V. Território, espaço de identidade. In.: In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP.Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

MILORI, D. **A CITRICULTURA EM RISCO. O PESADELO DA GREENING.** Disponível em www.agrosoft.org.br, ago/2008

MONBEING,P. **Pioneiros fazendeiros do Estado de São Paulo,** São Paulo, Hucitec/Polis,1998

MORAES,A.C.R. **Geografia** – Pequena História Crítica.São Paulo,Hucitec,1998

MOURA, M.M. **Camponeses.** São Paulo, Ática,1986

MÜLLER, N.L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. (Tese) Doutorado – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1946

NASCIMENTO, S. S. A festa vai à cidade: uma etnografia da romaria do Divino Pai Eterno, Goiás. **Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. disponível em www.nau.org

NICOLAS, D.H. Tiempo, espacio y transnacionalismo: algunas reflexiones. **Papeles de Población**, Toluca/México: UNAM, n.053, jul-set.2007

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991

OLIVEIRA, A.U. A Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, A.F.A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999

OLIVEIRA, A.U. Geografia Agrária: perspectivas do século XXI, in.: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M.(org). **O campo no século XXI**, território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007

OLIVEIRA, B.C.C.A. **Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa**. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 1998

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

PAULINO, E.T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo, UNESP, 2006

POLANYI,K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus,2000

PRADO JR.C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1981

PRADO JR.C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense,1981

QUEIRÓZ, M.I.P. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973

QUEIRÓZ, M.I.P. Pequenos produtores rurais latino-americanos.**Cadernos do CERU**. São Paulo, n.02, 1ª.série, nov/69

QUEIRÓZ, M.I.P. Os catolicismos brasileiros. **Cadernos do CERU**. São Paulo, n.04,nov/71

QUEIRÓZ, M.I.P. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação econômica. **Cadernos do CERU**. São Paulo, n.01,nov/68

QUEIRÓZ, M.I.P. Uma categoria rural esquecida. **Revista Brasiliense**. São Paulo, n. 45, 1963

RAFFESTIN,C.**Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Ática,1993

RAFFESTIN,C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP.Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

ROSENDAHL,Z. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise In.: CORRÊA,R.L.;ROSENDAHL,Z(Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003

ROSENDAHL,Z. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica.** Rio de Janeiro, UERJ,2002

SACK, R.D. Human territoriality: a Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, 73(1), 1983

SANTANA, A.C.P. **A organização e inserção da produção de pequenas unidades agrícolas nos mercados paulistanos: os agricultores do bairro rural de Santo Ângelo.** (Tese) doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2006

SANTOS, B.S. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

SANTOS, J.V.T.**Colonos do vinho.** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978

SANTOS,M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo, Hucitec,1982

SANTOS,M. **A natureza do espaço – tempo e técnica, razão e emoção.** São Paulo:Edusp,2002

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo, Nobel,1985

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.**

São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008.

Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 15/junho/2009.

SAQUET,M.A. Por uma abordagem territorial. In.: In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e**

conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP.Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

SAUER, C. Geografia Cultural In.: CORRÊA,R.L.;ROSENDAHL,Z(Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP,** São Paulo, n.26, 1981

SOUZA,A.L.C. **A questão agrária:** o olhar sob o signo dialético. Dissertação (mestrado) UFS, Aracaju,1991

SOUZA,M.L. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento,** in.: CASTRO,I.E. et.al.(org.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA,M.L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP.Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a culture popular tradicional.** São Paulo: Companhia da letras, 1998

WOORTMANN,E.F. **Herdeiros, Parentes e compadres.** São Paulo, Hucitec, 1995

WOORTMANN,E.F. O saber tradicional camponês e inovações. In.: in.: OLIVEIRA,A.U.; MARQUES, M.I.M.(org.) **O campo no século XXI,** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004

WOORTMANN,E.;WOORTMANN, K. **O trabalho da terra.** A lógica e a simbólica da lavoura camponesa, Brasília, Ed.UNB, 1997, p. 192

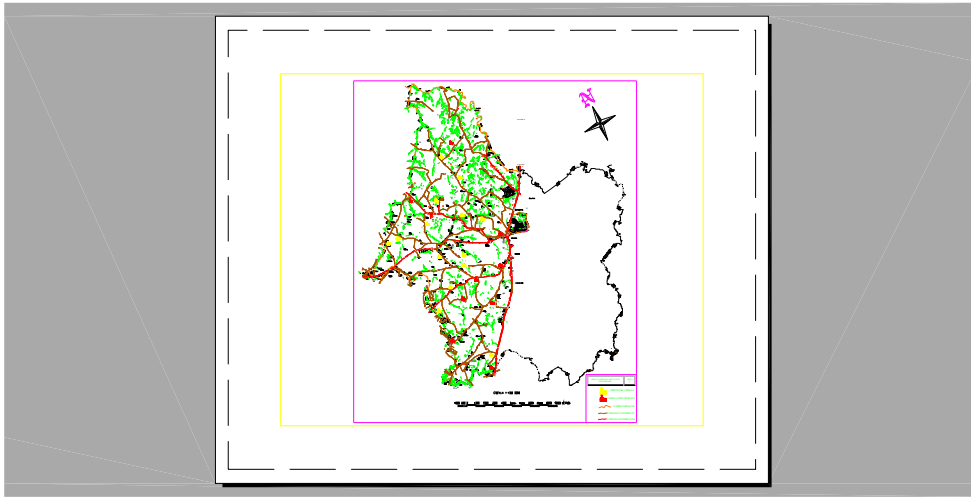
WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato com ordem moral.** Anuário Antropológico 87, Brasília, ano 03, 1990, pp.11-73

ZIBORDI,A.F.G. **As transformações agrárias ocorridas nos municípios de Moji Mirim e Moji Guaçu.** Rio Claro, Dissertação de Mestrado, 167 f, 1982

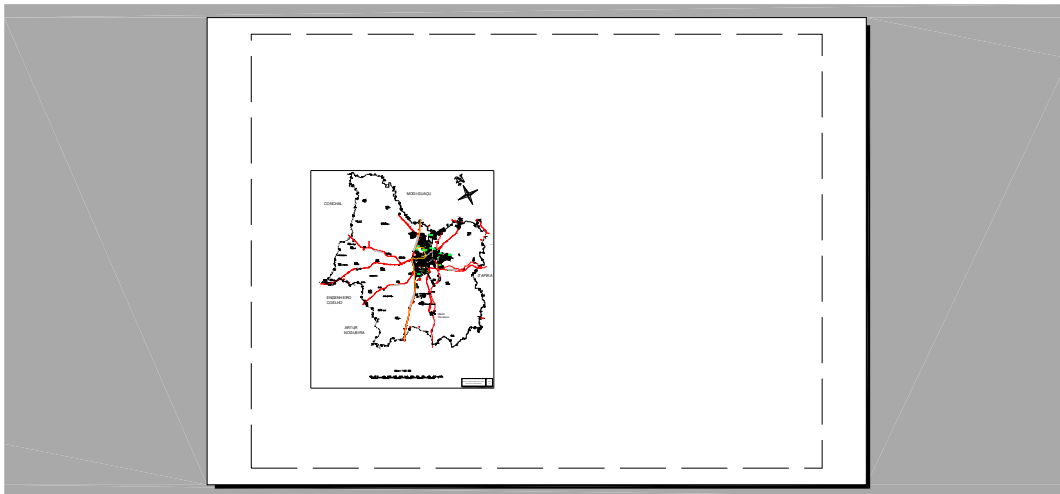
WWW.IBGE.GOV.BR/ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/CIDADES@, acessado em julho 2009

6. Anexos

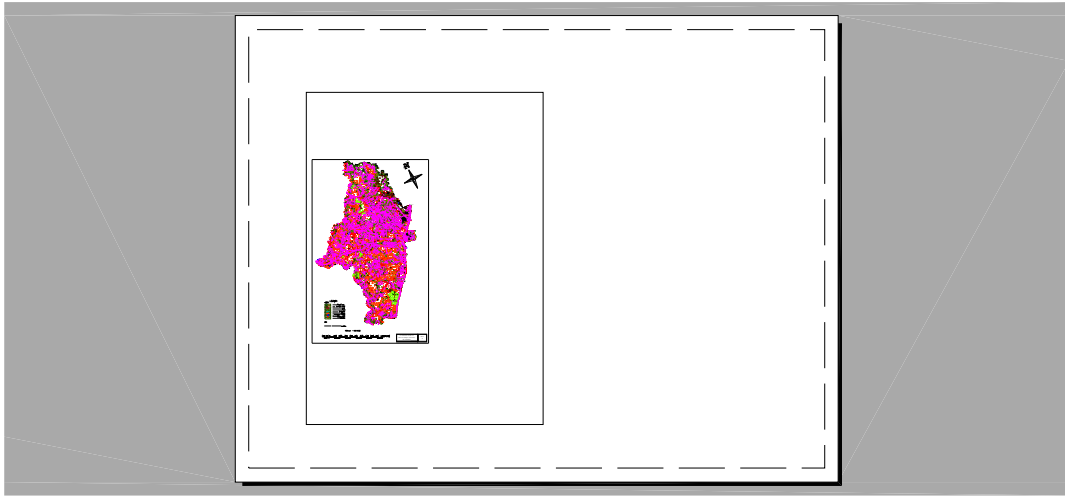
MAPA 01



MAPA 02



MAPA 03



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)